

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Desemprego no Setor Bancário:
a condição da mulher.**

Delza Maria de Almeida Teixeira

Belo Horizonte
2006

Delza Maria de Almeida Teixeira

Desemprego no Setor Bancário: a condição da mulher.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Garcia de Araújo

Belo Horizonte
Julho 2006

FICHA CATALÓGRAFICA

T266d	<p>Teixeira, Delza Maria de Almeida Desemprego no setor bancário: a condição da mulher / Delza Maria de Almeida Teixeira. Belo Horizonte, 2006. 93f.</p>
de Minas	<p>Orientador: José Newton Garcia de Araújo Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Bibliografia</p> <p>1. Bancos – Desemprego – Belo Horizonte (MG). 2. Mulheres - Emprego. 3. Discriminação de sexo no emprego. 4. Desemprego – Aspectos psicológicos. 5. Desemprego – Aspectos sociais. I. Araújo, José Newton Garcia de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p>CDU: 331.6:159.9</p>

Delza Maria de Almeida Teixeira

Desemprego no Setor Bancário: a condição da mulher.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Processos de Subjetivação
Belo Horizonte, 2006

Prof. Dr. José Newton Garcia de Araújo (Orientador)- PUC Minas

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves - PUC Minas

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira - PUC Minas

**A minha mãe Geralda
Pelo constante apoio e incentivo.**

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Newton, meu reconhecimento sincero e gratidão pela inestimável contribuição para este trabalho.

As mulheres, pela disponibilidade, por terem me acolhido em suas casas e que enriqueceram este trabalho com seus depoimentos.

Aos meus familiares e amigos, que me auxiliaram nessa jornada, em especial minha mãe Geralda, pelo seu eterno apoio e carinho em todas as minhas escolhas e dificuldades. Ao meu pai eternamente. Ao meu irmão Dalton, pela ajuda, inspiração e exemplo. A Marigê por seu suporte nos momentos finais desta caminhada.

Ao Luis pelo amor, compreensão e companheirismo.

Enfim, agradeço a todos os professores e colegas, que de uma forma ou de outra, contribuíram para execução deste trabalho.

RESUMO

A questão central deste estudo é o da mulher em situação de desemprego, no contexto da reestruturação produtiva do setor bancário. A partir da década de 80, as medidas de estabilização econômica, ditadas pelas políticas financeiras nacionais, provocaram, no âmbito das instituições bancárias, um amplo processo de reestruturação operacional. Com o objetivo de manter e aumentar as taxas de lucratividade, com redução dos custos operacionais, os bancos passaram a adotar métodos já utilizados, em países do Primeiro Mundo. Por meio da automação bancária e procedimentos de flexibilização funcional, aumentaram a eficiência gerencial e provocaram grande transformação no contexto do trabalho bancário. A redução do contingente de trabalhadores foi uma das conseqüências desse processo, atingindo de forma mais contundente os cargos de menor qualificação e, principalmente, aqueles ocupados por mulheres. Esse trabalho visa analisar as vivências das mulheres trabalhadoras em instituições bancárias, atualmente em situação de desemprego, tendo como referência o significado do trabalho. Buscou-se levantar e compreender as alterações psicossociais acarretadas por essa situação. A primeira parte desse estudo é de cunho teórico, relativa às transformações ocorridas no mundo do trabalho e no setor bancário, com ênfase no fenômeno do desemprego e seus impactos psicossociais. Na segunda parte, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com o objetivo de identificar as vivências das ex-trabalhadoras bancárias, em situação de desemprego. A análise qualitativa dos dados levantados evidenciou nas participantes da amostra estudos sentimentos de vazio, tristeza, frustração, mágoa, incerteza em relação ao futuro, inferioridade e isolamento social. Segundo o referido grupo, o trabalho bancário é percebido, como uma atividade especializada, o que torna difícil a inserção de ex-bancárias em outro emprego. E quando elas encontram outros empregos, estes são inferiores, em termos financeiros, e trazem menos satisfação profissional que a atividade bancária. Observou-se ainda um deslocamento do investimento pessoal dessas mulheres para os cuidados com a família. Esse papel é parcialmente experimentado como espaço de realização, embora ele não preencha a perda do significado da atividade laboral.

Palavras-chave reestruturação produtiva bancária; desemprego feminino, impactos psicossociais do desemprego.

ABSTRACT

The main point of this study is women unemployment, in the context of the productive restructuring of the bank sector. From the 80s, the measures of economical stability taken by national financial policies caused a large process of operational restructuring in bank institutions. In order to keep and increase the profit margins with operational cost reduction, the banks started using the methods already in use by first world countries. By means of bank automation and procedures of functional flexibility, the managerial efficiency increased and that provoked great changes in the context of bank work. The decrease of the number of workers was one of the consequences of this process, striking severely the groups with less qualification, mainly those women ones. This study has as its aim to analyze the living of working women in banks that are unemployed right now, having as reference the meaning of work. This study tried to raise and understand the psychosocial alterations due to this situation. This work has a first part, which is theoretically based, and that it is related to the changes occurred in the work world and bank sector with emphasis on the unemployment phenomenon and its psychosocial impacts. In its second part semi-structured interviews were made with the aim of identifying the living of bank ex-workers who are unemployed. The raised data qualitative analysis made patent the feelings of emptiness, sadness, frustration, pain, and uncertainty in relation to the future in ex-bank workers. According to them, bank work is seen as a specialized job, which makes it difficult to get another job. When they get another job, they have a worse pay and bring less professional satisfaction than the bank activity. It was also noticed that these women transferred their personal investment to family care. This role is experienced as a fulfillment space, although it doesn't fulfill the loss of the work activity meaning.

Key words: bank productive restructuring; women unemployment; unemployment psychosocial impacts

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Indicadores de Participação Econômica por Sexo – Brasil.....	41
TABELA 2 Rendimentos dos Ocupados e Ocupadas por setor de Atividade – Brasil, 1995	44
TABELA 3 BRASIL: Taxa de Desemprego Aberto Segundo Características Pessoais - Sexo e Posição na Família	45

LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

CNB/CUT – Confederação Nacional dos Bancários – Central única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

D.L.D.- Desemprego de Longa Duração

EUA - Estados Unidos da América

L.E.R. - Lesões por Esforços Repetitivos

FIBGE - Fundação Instituto de Geografia e Estatística

PEA - Pesquisa Economicamente Ativa feminina

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O SIGNIFICADO DO TRABALHO	15
3 O VALOR DO TRABALHO FEMININO- GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	19
4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O DESEMPREGO.....	27
4.1 TRABALHO FEMININO E DESEMPREGO.....	40
4.2 MULHERES NO SETOR BANCÁRIO:DAINSERÇÃO AO DESEMPREGO...	48
5 PESQUISA DE CAMPO.....	55
5.1 O DESEMPREGO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA VIDA DOS INDIVÍDUOS.....	55
5.2 METODOLOGIA.....	57
5.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS.....	58
5.4 A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	58
5.5 ABORDAGEM QUALITATIVA.....	59
5.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	60
5.6.1 Antecedentes do desemprego.....	60
5.6.2 História da saída.....	61
5.6.3 O significado do trabalho.....	64
5.6.4 A ausência do salário.....	65
5.6.5 A especificidade do trabalho bancário.....	66
5.6.6 Estratégias de reinserção e colocação no mercado de trabalho.....	67
5.6.7 Novos arranjos de investimento no lar	69
5.6.8 Vivência do desemprego – alterações da saúde física e psíquica.....	71
5.6.9 Alterações econômicas e sociais.....	72
6 CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXOS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Meu interesse em desenvolver estudos sobre trabalhadores em situação de desemprego e seus reflexos em suas relações sociais tem origem em minha trajetória profissional, pois grande parte dela foi desenvolvida dentro de instituições financeiras, nas quais atuei durante aproximadamente quatorze anos, sendo que durante dez anos, desenvolvi atividades relacionadas à gestão de recursos humanos, razão por que escolhi, especificamente, o trabalhador bancário. Essa experiência me proporcionou vivenciar as mudanças ocorridas no setor bancário nas últimas duas décadas, tais como: os diversos planos de estabilização econômica que influenciaram as instituições financeiras para a adoção de inovações tecnológicas e de gestão organizacional, em busca de novos lucros e redução de custos; as mudanças ocorridas no processo de trabalho, com os investimentos em automação que resultaram em substituição de grande parte do contingente de trabalhadores pelas máquinas; as vendas, privatizações e incorporações que ocasionaram uma redução significativa do quadro de pessoal de várias instituições financeiras.

Os estudos sobre os processos de reestruturação no setor bancário apontam para transformações que afetaram diretamente os trabalhadores desta categoria. De acordo com Segnini (1998), as mudanças e os processos de reestruturação, ocorridos no setor bancário, nas décadas de 80 e 90, foram influenciados pelas medidas de estabilização econômica adotadas pelas políticas financeiras governamentais brasileiras. Ressalta, como consequência da adoção de tais políticas, a implementação, pelos bancos, de um processo de reestruturação

operacional, de forma a manter e incrementar as atividades lucrativas nesse novo contexto econômico. Para referida autora, os processos de reestruturação, que envolviam a redução de custos operacionais por meio do uso da informática e das telecomunicações, ocasionaram novas formas de organização do trabalho, resultando na demissão progressiva de funcionários.

Segnini (1998) destaca, nessas novas formas de organização do trabalho, as seguintes estratégias dos bancos: a eliminação e a fusão dos postos de trabalho, ocasionadas pelos procedimentos de flexibilização funcional, que se traduzem pela multifuncionalidade; a redução dos níveis hierárquicos; e o aumento da produtividade, pela adoção de inovações tecnológicas. Segundo a autora, os postos de trabalho mais afetados pelas novas formas de organização do trabalho e processos de informatização são os de tempo parcial, executados por bancários denominados escriturários que ocupavam funções de caixa de banco, digitação, separação de documentos, por exemplo. São atividades que não exigem alto grau de qualificação, por serem, em geral, padronizadas, embora requeiram elevado nível de atenção e responsabilidade, características que os bancos atribuem, com frequência, às mulheres. De acordo com Segnini (2000, p.193) “as mulheres, majoritariamente, são escriturárias, o que possibilita levantar a hipótese que elas estejam vivenciando o desemprego mais intensamente que os homens”.

Tendo como referência os impactos do processo de reestruturação bancária sobre a estrutura dos empregos no setor, além das observações e acompanhamento do mesmo, em minha trajetória profissional, fiz a opção de pesquisar o fenômeno do desemprego.

Neste recorte que investigou especificamente uma categoria profissional, foi feita uma análise da vivência do desemprego que possa contribuir para a

sistematização do conhecimento sobre o impacto da situação de desemprego, especialmente no caso da trabalhadora bancária.

O ponto de vista desta pesquisa, ao propor a análise do desemprego feminino, visou analisar o significado do trabalho, porém buscando a compreensão das experiências vividas pelas trabalhadoras bancárias, frente à ausência do emprego.

O estudo consistiu em uma pesquisa teórica e uma pesquisa de campo. No referencial teórico utilizado, estão presentes questões da literatura referente à reestruturação produtiva, trabalho bancário e trabalho feminino, desemprego e suas conseqüências psicossociais. Constituiu como parte dessa pesquisa uma fase de campo que consistiu em entrevistar bancárias em situação de desemprego.

A questão central da pesquisa foi investigar de que forma elas vivenciam a situação de desemprego. O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo.

Assim, após essa breve introdução, a pesquisa configura-se da seguinte forma: o segundo capítulo trata do significado atribuído ao trabalho. Partindo de uma conceitualização mais geral sobre o significado do trabalho para um breve percurso histórico, direcionando para o seu significado através do tempo.

O terceiro capítulo tem como objetivo apontar para o valor do trabalho numa ótica feminina, tendo como referência a inserção da mulher no mundo do trabalho e as relações de gênero.

O quarto capítulo busca analisar o processo de reestruturação produtiva e seus impactos no mundo do trabalho. Na primeira parte do capítulo, meu objetivo é refletir sobre o processo de reestruturação produtiva. A reflexão baseia-se nas estratégias utilizadas pelo Capitalismo nas organizações: o taylorismo, fordismo e

toyotismo, que visam manter e alcançar maior lucratividade. Ao fazer a descrição das características de cada período do desenvolvimento do capitalismo, são enfocados os impactos no âmbito do emprego. Também são apontados os aspectos da reestruturação produtiva na realidade brasileira e suas conseqüências, tais como a precarização do trabalho e o desemprego estrutural.

Na primeira seção do quarto capítulo, a proposta é examinar a condição da mulher no contexto da reestruturação produtiva. Inicialmente, indica-se para o fenômeno da crescente inserção da mulher no mundo do trabalho e posteriormente é feita uma análise dos aspectos que o acompanham: as desigualdades na divisão sexual do trabalho que podem ser observadas no fato de as mulheres perceberem salários menores que os dos homens, de estarem presentes majoritariamente em postos de trabalho de jornadas de tempo parciais e em empregos precários. Também são analisados fatores como a fragilização dos vínculos empregatícios, dificuldades de conciliação com o ambiente doméstico, entre outros, que acarretam o aumento do desemprego feminino.

Na segunda seção do quarto capítulo é destinado à abordagem das mudanças tecnológicas e as relações de trabalho ocorridas no âmbito bancário, no Brasil, desde o início do século XX até a atualidade. Na primeira parte, são descritas as transformações ocorridas no processo de trabalho bancário, seja em função da introdução de novos elementos tecnológicos ou pelos processos de expansão do sistema financeiro, seja pelas alterações políticas e econômicas que influenciaram as configurações do sistema financeiro no Brasil até a metade do último século. Também estão evidenciadas as alterações ocorridas a partir das décadas de 80 e 90, decorrentes dos processos de ajustes implementados pelos bancos, como resposta ao processo de estabilização econômica e pela introdução sistemática dos

processos informatizados que tiveram como consequência o desemprego no setor bancário. A análise tem também como foco a inserção da mulher no trabalho bancário e o impacto da reestruturação bancária sobre o trabalho feminino.

Na última parte, o capítulo dedicado à pesquisa de campo, a intenção será descrever as vivências das trabalhadoras bancárias em situação de desemprego e as alterações psicossociais decorrentes da mesma .

2 O SIGNIFICADO DO TRABALHO

O conceito de trabalho se entrelaça com o todo no processo de autoconstrução humana, pois permeia a vida dos homens, podendo ser considerado como fundamento básico para a compreensão do homem na sociedade e em sua construção identitária.

O significado do trabalho, conforme Marx (1985), pressupõe uma atividade exclusivamente humana, inclusive é bastante conhecida a diferenciação que ele ressalta entre a abelha e o arquiteto, em que a possibilidade de ideação prévia é impossível para a abelha. Nessa perspectiva, o trabalho se configura como um ato humano, em função de que é construído na consciência humana, fenômeno este não encontrado nos animais. Por meio do trabalho, o homem, em sua consciência, busca a realização de suas necessidades e da produção e reprodução da vida em sociedade, sendo que o uso da consciência humana de forma organizada deixa de ser mera adaptação ao meio ambiente.

Para Enriquez (1997), a visão do homem ligado a uma profissão que ele domina, na qual investiu e mantém relações de proximidade e afeto, está presente nas representações coletivas, mesmo se, às vezes, contrabalançada pela visão do homem submisso a um trabalho parcelizado e alienado. Para o autor, por essa visão faz perceber que, na civilização industrial, desenvolveu-se a ideologia do enobrecimento do trabalho e de uma consciência profissional de que é por meio do trabalho que o homem realiza sua essência, estando inscrito no consciente e inconsciente dos indivíduos. Portanto, aquele que não se interessa pelo trabalho (ou

está sujeito à sua ausência) somente poderia experimentar um sentimento de culpa exacerbada.

Segundo Cattani (1996), o trabalho constitui e explica grande parte da sociedade capitalista e pode ser considerado essencial para a socialização e formação de identidade.

É possível dizer que o trabalho ocupa lugar elevado na formação da identidade, que é considerada uma “expressão subjetiva que se refere a tudo aquilo que é vivenciado como “eu” em resposta à pergunta “quem és?”, sendo apreendida através da representação de si mesmo” (JACQUES *apud* BRESCIA, 2003 p. 118). Segundo Brescia (2003), os indivíduos, ao responderem à pergunta “quem és?”, em geral, dizem o que fazem, desvelando o papel de destaque que o trabalho ocupa perante os outros sistemas identificatórios (etnia, religião, gênero).

Grisci e Guareschi (1993) configuram o trabalho como um processo histórico, mutável, problematizável. Para os autores, o modo de organizá-lo assume características específicas em cada momento histórico. Segundo Wickert (1999), na Grécia Antiga, tanto o trabalho como a escravidão eram uma desgraça necessária e o trabalho era designado aos escravos e homens não-cidadãos, sendo estes últimos os escravos e/ou estrangeiros.

De acordo com Wickert (1999) , na Idade Média, a Igreja condenava o trabalho como forma de enriquecimento. O trabalho era visto apenas como meio de subsistência, de disciplina do corpo e purificação da mente. Assim, servia como instrumento de dominação social e de condenação a qualquer rebeldia contra a ordem estabelecida.

A exaltação do trabalho nasce com o desenvolvimento do Capitalismo. Para Weber (1999), o sistema capitalista, como é concebido hoje, não se originou das

mudanças e evoluções tecnológicas ocorridas como consequência da Revolução Industrial, mas sim nas mudanças religiosas verificadas após o Renascimento. Tais mudanças podem ser caracterizadas por um conjunto de normas morais, denominada “ética protestante”, que valorizam o trabalho árduo como dádiva de Deus e a poupança, que evitou o dispêndio em consumo com bens materiais de vaidade e que propiciou a aplicação das rendas excedentes. Dessa forma, a riqueza não é mais vista como pecado, pois está de acordo com a vontade de Deus. Trata-se de uma vontade que se confunde com os interesses do mercado e do lucro e que valoriza o trabalho como força passível de gerar riqueza. Ele deixa de existir apenas para atender às necessidades humanas básicas. Sua finalidade principal é produzir riqueza acumulada. A ociosidade, mesmo entre as classes abastadas, passou a ser sinônimo de negação de Deus. Só se mostrava a verdadeira fé pelo trabalho incessante e produtivo e ele passa a ser a oração moral burguesa e capitalista. Quem se resignasse à pobreza não merecia a salvação divina. Pode-se dizer que se inicia aí a associação ideológica entre trabalho / honestidade.

Até a Idade Média, conforme Wickert (1999), o sujeito tinha seu lugar social mantido por rituais e tradições. Com o advento do Capitalismo, o trabalho passa a ser via de acesso para o lugar social, pois o sujeito só tem reconhecimento de sua existência, caso produza. Assim, a construção de uma individualidade adequada à produção e às exigências de acumulação instala o trabalho como um valor essencial para a inserção social, no sentido de que *“aquele que não trabalha, não produz, então é dispensável ao sistema”* (Wickert, 1999, p. 68).

Com efeito, ainda contemporaneamente, não há como negar que mesmo o trabalho alienado, em maior ou menor grau, desempenha um papel importante de elemento estruturante da identidade social. Codo et al (1993, p.23) destacam que

não apenas o modo como o trabalho é executado (a atividade em si), mas também o que resulta desse trabalho (o produto) são importantes na construção da identidade humana e ambos os fatores dizem respeito à questão de seu significado e da satisfação obtida por seu intermédio. Segundo os autores, “nossa construção como indivíduos e como elementos sociais, através do trabalho, mostra-se particularmente clara na moderna sociedade industrial e liberal. Ser médico, secretária, psicólogo, professor, comerciante, motorista de ônibus ou bancário faz parte indissolúvel de nossa identidade social” CODO et al. (1993, p.23).

3 O VALOR DO TRABALHO FEMININO – GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O valor do trabalho, em geral, é atribuído indistintamente para homens e mulheres. Isso equivale a considerar que, ao longo da história, vivenciaram as mesmas situações relacionadas com as mudanças no mundo do trabalho.

Tal como os homens, as mulheres conheceram sucessivamente a escravatura, a servidão, o artesanato, a aparição da burguesia comerciante, a manufatura, a industrialização, as lutas operárias pelo melhoramento das condições de trabalho, de horários, de salários etc. Tal como os homens, as mulheres conheceram a sucessão dos utensílios de trabalho, da roda ao trator, do tear às máquinas de tecer elétricas, e a diversificação de tarefas, consequência dos materiais trabalhados e das técnicas. (SULLEROT, 1970, p. 11)

No entanto, Sullerot (1970) reflete que nem mesmo a história social dos trabalhadores, nem a das técnicas e utensílios, nem a dos métodos de produção ou de organização, podem evidenciar as diferenças profundas que sempre existiram e ainda existem, entre o trabalho das mulheres e o dos homens. Somente com uma análise do valor-trabalho, sob a ótica feminina, é possível identificar as diferenças e caracterizar a condição da mulher trabalhadora.

Sobre o trabalho da mulher, é importante pontuar que, conforme Bruschini (1982), ao contrário do que diz o senso comum, mesmo no lar, as mulheres sempre trabalharam, e muito. O tradicional cotidiano das mulheres é marcado por um sem número de tarefas indispensáveis à sobrevivência e ao bem estar de todos membros da família – o trabalho doméstico. Segundo a autora, esse afazer pode ser classificado em dois níveis: o primeiro, executado cotidianamente, que inclui todas

as tarefas de manutenção do lar – que permite ao trabalhador descansar e renovar suas forças para o trabalho; no segundo situam-se atividades implicadas na formação de uma nova geração de trabalhadores – envolvem a geração de filhos, guarda e socialização das crianças. Enfatiza que, apesar de imprescindível para a manutenção da sociedade, o trabalho doméstico – exclusividade quase só feminina – tem sido pouco valorizado e ocultado, já que sua execução ocorre no mundo privado.

Assim, pode-se dizer que, em nossa sociedade, o fato de o trabalho doméstico não alcançar o status de trabalho está relacionado com a idéia de que tem apenas a função de manutenção das condições para a realização do autêntico trabalho, este sim, verdadeiramente produtivo, posto que gerador de produtos cujos valores são monetizáveis. Além disso, esse trabalho é pago por meio de salário e realizado no âmbito público.

Bruschini (1982) aponta para a Revolução Industrial, no final do século XIX, como o momento em que o trabalho passou a ser dividido em duas esferas distintas: de um a lado, a unidade doméstica, de outro, a unidade de produção. Essa fragmentação correspondeu a uma divisão sexual do trabalho, posto que ao homem coube o trabalho extraluar remunerado e à mulher, o trabalho doméstico sem remuneração. Uma construção ideológica se encarregou da naturalização própria da biologia de cada sexo.

Essa naturalização, responsabiliza a natureza, no sentido da constituição biológica de cada sexo, e define que certos papéis são próprios dos homens e outros, das mulheres. Isso distorce a percepção da realidade, eliminando a possibilidade de se considerar que há um padrão de comportamento e de ações,

bem como de ocupação de espaços que é fruto de uma construção inteiramente social, sobre um corpo sexuado.

Sendo assim, há uma confusão entre o que é biológico e o que resulta de signos construídos socialmente. Essa confusão é apropriada pelo capital, manifestando-se nas condições de trabalho enfrentadas pelas mulheres, tanto no trabalho extradoméstico como no doméstico. Portanto, uma análise do valor do trabalho para mulheres e homens deve considerar a divisão sexual do trabalho e a categoria de gênero.

A maior parte dos conhecimentos produzidos sobre a questão da mulher, impulsionados pelo surgimento dos movimentos de libertação das mulheres, já mostrou o equívoco de se atribuir à natureza aquilo que é produto do social, da história, explicando a situação de marginalização e opressão das mulheres.

Scott (1991), pontua que a palavra gênero é utilizada para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando explicitamente definições biológicas que procuram justificar diversas formas de subordinação das mulheres. Segundo a autora, o gênero torna-se uma maneira de indicar a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Segundo Silva (2002), a partir da formulação da categoria de gênero, ocorre um deslocamento do eixo de reflexão das pesquisas feministas para a busca de significados das representações do feminino e do masculino, e das construções culturais e históricas das relações de gênero. Ressalta que a categoria gênero implica dois níveis de análise: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais e o gênero como forma básica de representar relações de poder, nas quais as representações dominantes são dadas como naturais e inquestionáveis. De acordo com Souza Lobo (1991), a questão primordial é que essas relações implicam

diferenças hierárquicas e as relações de poder constituem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades.

Uma outra perspectiva teórica enfatiza a divisão social do trabalho como aspecto central da desigualdade entre os sexos. Segundo Kergoat (1996):

As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema. A reflexão em termos de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho. Ela é preexistente como noção, mas posterior como problemática. É preexistente, pois foi uma aquisição do feminismo, por meio da emergência de categorias de sexo como categorias sociais, de mostrar que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material". (KERGOAT, 1996 p.19)

Sobre a compreensão das diferenças entre homens e mulheres que engendram desigualdades quanto ao valor dos trabalhos masculinos e dos femininos, Neves (2001) ressalta que:

Se a divisão sexual do trabalho é um conceito mais afeito ao terreno específico do trabalho, a categoria relações de gênero amplia a análise incorporando as construções históricas e culturais e os significados das representações do feminino e do masculino. A incorporação do gênero aos estudos sobre a temática do trabalho permite pensar novas questões que se articulam com este tema, ou seja, da identidade e da subjetividade de homens e mulheres trabalhadores. Além disso, a análise de relações de gênero permite compreender as relações hierárquicas de poder que se estabelecem na sociedade entre homens e mulheres, o que permite uma visibilidade das desigualdades e das discriminações do trabalho feminino. Ora, as representações de gênero são construídas social e culturalmente influenciando a entrada de homens e mulheres no mundo do trabalho e se construindo como fator fundamental da segmentação ocupacional e da divisão sexual do trabalho. (NEVES, 2001, p.4)

Nessa perspectiva, a assimetria e a hierarquia entre os trabalhos desenvolvidos por homens e por mulheres espelham a forma desigual com que se

relacionam na sociedade e, assim, o trabalho é dividido conforme a organização que permeia as relações de gênero.

Conforme Souza Lobo (1991), a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho.

A divisão sexual do trabalho, como base material do sistema de sexo-gênero, concretiza as ideologias e dá a elas legitimidade, representações e imagens de gênero. Estas, por sua vez, fazem o mesmo movimento em relação às práticas cotidianas que segregam as mulheres, nas esferas reprodutivas e produtivas, num eterno processo de mediação.

De acordo com Harvey (1992), nas últimas décadas, os valores tradicionais em relação à família, à sexualidade e à maternidade passaram a ser reformulados, alterando-se práticas quotidianas e mentalidades. Entretanto, apesar de tais transformações, isso não quer dizer que o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança radical na vida delas. Quase todas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, ainda são vistas como aquelas que ajudam no orçamento familiar, enquanto aos homens cabe o papel de provedor.

Essa visão da mulher e as consequências da maternidade em especial acabam por influenciar a forma dela se colocar no mercado de trabalho e o modo dos patrões e dos homens em geral tratarem as mulheres. Tal visão vai influenciar tanto nas oportunidades de acesso ao emprego, no tipo de trabalho, como nas

condições em que se desenvolve a atividade laboral. Esse fato pode ser observado na fala de uma das ex-bancárias entrevistadas:

Desde que eu entrei até 98 fiquei como Escriturária, aí eu ia ser promovida já estava com carta assinada pelo Diretor, contei que estava grávida, rasgaram a carta e cancelaram a minha promoção (Maria).

Conforme Silva (2002), o processo de industrialização e o avanço econômico, mas não social, ocorrido no Brasil, entre as décadas de 60 e 70, criou a oportunidade de maior participação feminina no processo produtivo.

A partir desse período, o que se verifica é uma significativa inserção da mulher no mundo do trabalho, apesar de ainda manter a predominância da participação masculina. Com sua entrada no processo produtivo, as mulheres passaram a ter de enfrentar as dificuldades e responsabilidades profissionais e, ao mesmo tempo, dar conta dos encargos representados pelos papéis de dona-de-casa, mãe e esposa. No entanto, não se pode deixar de ressaltar que a sua inserção no mercado de trabalho tem-se constituído uma possibilidade de independência e ascensão social, como pode ser observado pelo relato de uma das entrevistadas:

Eu sempre trabalhei, desde os 18 anos. Vim para Belo Horizonte sozinha, comprei apartamento e depois eu tive meu filho, comprei meu carro, minha irmã veio para morar comigo para estudar. Nunca fui de esbanjar, mas agora, desempregada... (Alexandra)

Houve mudanças significativas para o trabalho da mulher, mas também surgiram novos desafios como a permanência de um percentual ainda elevado de mulheres confinadas à esfera doméstica ou em profissões tipicamente femininas.

O processo de reestruturação produtiva e as mudanças que elas acarretam no mercado e na organização do trabalho, no contexto atual da globalização da economia, trouxeram conseqüências sobre as condições de trabalho segundo o sexo. O novo modelo de flexibilização, para as mulheres, passa pela utilização intensiva de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, empregos por tempo parcial e/ou trabalho em domicílio.

Entretanto, mesmo diante da precariedade e exclusão, o trabalho remunerado para as mulheres pode ser considerado como um espaço de realização e independência econômica.

Segundo Brito (1996),

o trabalho remunerado pode representar para as mulheres um espaço alternativo ao confinamento doméstico, uma necessidade, um espaço de criação e de socialização ou de um caminho de resistência à dominação de gênero. Assim, o trabalho das mulheres pode ser visto como particularmente contraditório, no sentido de estar relacionado à vivência da exploração, da dominação e da penosidade e à percepção da possibilidade de conquistas e de prazer, ou seja, pode ser visto como espaço de reprodução das relações de gênero, ao mesmo tempo em que é um canal para desconstrução dessas relações. (BRITO, 1996, p.249)

As construções sociais de homens e mulheres certamente interferem nas reações de trabalhadores de ambos frente ao desemprego. Moulin, citando Hirata e Kergoat (1998, p.173), sobre as reações dos trabalhadores em tempos de crises afirma que vivenciam a situação de não-trabalho de forma distinta:

Os homens tendem a ficar menos tempo desempregados, aceitando condições penosas de trabalho, enquanto as mulheres sofrem menos pela condição de desempregadas. Neste caso, também faz diferença o papel dos trabalhadores (pai e mãe) na família: os homens ainda carregam o tributo social de serem os provedores da casa e por isso sofrem mais por estarem desempregados. (HIRATA E KERGOAT, *apud* MOULIN 1998, p. 173)

No entanto, conforme as novas significações atribuídas pelas mulheres na construção de sua identidade, à medida que estas estão conquistando o direito a um trabalho fora de casa, a um salário, à independência e à possibilidade de reconhecimento social, é possível inferir que as mulheres vivenciam impactos semelhantes aos percebidos entre os trabalhadores do sexo masculino, como a incerteza perante o futuro, rejeição, isolamento social, mas com certas particularidades. Seligmann-Silva (1994, p.286), citando Menéndez, aponta algumas verificações sobre o desemprego feminino:

O trabalho da mulher, ao permitir uma independência econômica, tornou-se um dos importantes instrumentos de libertação. O desemprego, para muitas, significaria uma regressão à dependência da família de origem ou do marido, perspectiva que determina desorientação e depressão. (MENÉNDEZ *apud* SELIGMANN-SILVA, 1994, p.286)

Assim, para analisar o valor do trabalho, no caso específico das mulheres, deve-se sempre estar atento à posição que elas ocupam dentro da família, o que pode determinar suas condutas e aspirações no trabalho fora de casa (articulações entre trabalho doméstico e cuidados com os filhos), bem como suas condições de inserção no mundo do trabalho.

4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O DESEMPREGO

O sistema capitalista dinamizou sua expansão nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. O período, que pode ser caracterizado pelos processos de concentração e centralização do capital, favoreceu o surgimento da grande empresa, a utilização de maquinários em grandes unidades produtivas, tornou o trabalhador mais um apêndice da máquina e reduziu seu trabalho a movimentos repetitivos. As formas de organização de trabalho que predominam a partir desse período são a taylorização e o fordismo.

Os efeitos da taylorização podem ser interpretados, segundo Castel (1998), como a perda da autonomia operária e o alinhamento das competências dos trabalhadores sobre o mais baixo nível das tarefas reprodutivas. Ao mesmo tempo, a racionalização científica proporcionou uma homogeneização da classe operária, antes diferenciada por identificações em ofícios, fato que forjou uma consciência operária que desemboca numa consciência de classe, submetida a penosidades impostas aos trabalhadores e que se manifesta nas ocupações de fábricas, movimentos sindicais e greves.

O fordismo alia-se aos métodos tayloristas. A aplicação dos métodos da organização científica do trabalho como a racionalização do processo de trabalho, o encadeamento sincronizado de tarefas, foi utilizado com objetivo de proporcionar o desenvolvimento da produção em massa.

Para Harvey (1992), o fordismo inicia-se nos Estados Unidos da América (EUA), em 1914, na fábrica de Henry Ford. Este empresário estabelece o dia de trabalho de oito horas e o pagamento de cinco dólares por dia trabalhado para os

operários de sua linha de montagem – antes de Ford, a jornada de trabalho se estendia por mais de treze horas e o valor pago pelo dia de trabalho, em geral, não ultrapassava dois dólares. Para o autor, o que Ford propunha, na realidade, era aumentar o poder de compra do trabalhador americano e com isso ampliar o mercado de bens e serviços, incluindo aí, logicamente, o seu próprio automóvel.

Era uma sociedade baseada no consumo de massa e, para isso, deveria haver condições para tal:

o fordismo está longe de se basear exclusivamente na invenção da “cadeia de linha de montagem quase automática” e na política salarial de um industrial americano. Entretanto, é a partir de Ford que se afirma uma concepção da relação salarial segundo a qual “o modo de consumo é integrado nas condições de produção”. E isso é suficiente para que amplas camadas de trabalhadores – mas não todos os trabalhadores – saiam da situação de extrema miséria e de insegurança permanente que tinha sido sua condição desde há séculos. (CASTEL, 1998, p.231).

A linha de montagem facilitaria o aumento da produtividade, a redução do preço do produto no mercado e conseqüentemente o consumo. Ford acreditava em um poder corporativo que poderia regulamentar a economia como um todo. Com essas características amplas, o fordismo proporcionou uma rápida elevação do consumo *per capita*.

No entanto, na análise de Castel (1998), a condição operária deste período é marcada por uma relação de trabalho em que prevalece a precariedade e a exclusão da massa trabalhadora do acesso ao consumo. O autor ressalta também a precariedade de habitação, instrução formal e insegurança do emprego, como características deste período. Com relação ao emprego, observa que o mercado de trabalho, na década de 30, é marcado por uma mobilidade feita de incertezas sob ameaça de demissão sem a proteção de uma legislação. Menciona que as

contratações por hora ou tarefas sem nenhum tipo de contrato formal é uma evidência da insegurança no emprego e que a crise de 1929 acaba por reativar.

A superprodução e conseqüentemente o problema da demanda efetiva configuram-se aqui como questões importantes para a manutenção do sistema. Foi como conseqüência do choque da depressão e do quasecolapso do capitalismo na década de 30, que as sociedades capitalistas foram obrigadas a chegar a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do estado, intervindo na economia. O período que se seguiu após a Segunda-Guerra configurou características singulares para o capitalismo, sendo este período denominado anos dourados, (trinta anos gloriosos - décadas de 45-73) que se assinalou pela maior intervenção do Estado: *estado Keynesiano*.

Este teve por base a adoção de diversos preceitos postulados pelo economista inglês John Maynard Keynes, para quem a saída das crises do capitalismo comportava uma intervenção direta do Estado no sistema econômico, garantindo a regularização do ciclo produtivo e evitando assim flutuações dramáticas no processo de acumulação de capital. Sob o molde do Estado-Providência, a forma por excelência do estado *keynesiano*, a economia mundial experimentou um espetacular crescimento e ampliou-se um campo de direitos econômicos e sociais a parcelas mais amplas da população. O Estado desempenhou papel nada desprezível nessa nova ordem e sua intervenção, que contrariava as formulações dos liberais ortodoxos, mas não era questionada pelos grupos hegemônicos, para quem essa planificação poderia diminuir as margens de lucro, mas garantiria a acumulação.

De acordo com Mattoso (1996), pela evidência histórica, hoje se percebe que esses anos dourados pertencem essencialmente aos países capitalistas

desenvolvidos, com um impacto irregular nos países periféricos, onde uma grande parte da população permaneceu em situação de exclusão e miséria. No entanto, nesse período assiste-se ao alargamento dos direitos sociais - no domínio das relações de trabalho, da seguridade, da saúde, da educação e da habitação.

Assim, o autor define que, nos períodos do pós Segunda-Guerra, em países industrializados, configurou-se um crescimento do emprego.

Os níveis de emprego haviam se tornado insustentáveis desde a crise de 30, apenas diminuindo durante a Segunda Guerra. A partir do final da década de 40 e do início dos anos 50, as taxas de desemprego iniciaram uma tendência à queda, atingindo níveis até então inimaginados. O desemprego remanescente foi então caracterizado como de caráter ficcional e apenas resultante da rotatividade do trabalho e do tempo de busca de trabalho. Com a redução do desemprego foi assegurada a ampliação da segurança no mercado de trabalho. (MATTOSO, 1996, p. 34)

O período seguinte, as décadas de 60/70, é configurado como um período de gestação da crise do padrão de desenvolvimento, anteriormente mencionado, como consequência dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, o aumento do peso das remunerações, aumento da carga fiscal associada à expansão do setor público e, pelo lado da demanda, uma saturação dos setores que arrastavam o conjunto da indústria e que começaram a pressionar as taxas de rentabilidade.

Diversos autores salientam que a crise do capitalismo iniciada nos anos 70 pode ser denominada como a crise do fordismo e do keynesianismo (MATTOSO 1996; HARVEY,1992; ANTUNES,2002). Ficou evidenciada a incapacidade do paradigma fordista e do sistema keynesianismo de responder aos problemas enfrentados pelo capital. Tais questões seriam, segundo Antunes (2002), configuradas pelos aspectos a seguir: queda nas taxas de lucro decorrentes do aumento do preço da força de trabalho e esgotamento do padrão de acumulação fordista, ocorrido pela retração do consumo. Essa crise teve, dentre várias, as

seguintes conseqüências: a precarização do emprego; a hipertrofia da esfera financeira, a contenção dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; o incremento das privatizações; a tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo. É possível também destacar, como a mais preocupante, o fenômeno do desemprego.

Quaisquer que possam ser as causas, o abalo que afeta a sociedade no início dos anos 70 manifesta-se de fato, em primeiro lugar, através da transformação da problemática do emprego. Os números são por demais conhecidos e ocupam hoje o primeiro plano da atualidade: perto de 3,5 milhões de desempregados, ou seja, mais de 12% da população ativa. (CASTEL 1998, p.237).

Em resposta a essa nova crise, na busca da resolução dos problemas citados acima e da manutenção dos níveis de lucratividades anteriores, inaugura-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema estrutural através da privatização do estado, desregulamentação dos direitos do trabalho, desmontagem do setor produtivo estatal e um intenso processo de reestruturação produtiva.

Visando à recuperação do ciclo produtivo do capital, o mencionado processo de reestruturação, que teve início na década de 70, ainda é sentido até os dias atuais. O capital deflagrou várias transformações no próprio processo produtivo, com a constituição das formas de acumulação flexível, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, especialmente com o toyotismo ou o modelo japonês.

Segundo Antunes (2002), estas mutações da organização produtiva geraram dois tipos de manifestações. A primeira é que elas seriam responsáveis pelo estabelecimento de uma forma inovadora de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, mais favorável quando comparadas ao taylorismo/fordismo, pois possibilitaram o aparecimento de um trabalhador mais

qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de uma maior realização no espaço do trabalho. A outra manifestação enfatizava que as mudanças em curso caminhariam na direção da intensificação das tendências existentes e não possuíam um aspecto positivo.

Baseando-se na segunda manifestação e nas conseqüências que essas mudanças estão exercendo no interior do sistema de produção capitalista, que podem ser caracterizadas, segundo Harvey (1992), pela nova divisão de mercados, divisão global do trabalho, capital volátil, fechamento de plantas industriais, reorganização financeira e tecnológica. Essas mutações que marcam a nova fase da produção capitalista trazem conseqüências sociais desastrosas como desemprego, exclusão e precarização do trabalho.

O novo tipo de padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado é resultado da introdução ampliada da informática no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva flexível, contrapondo a rigidez do fordismo e o uso de uma força de trabalho terceirizada. Novas técnicas de gestão da força de trabalho são introduzidas com o estímulo ao trabalho em equipe, que exige dos trabalhadores um envolvimento participativo e a adoção de estruturas organizacionais horizontalizadas, que visam agilizar os processos de tomada de decisões.

Reengenharia, lean production, team work, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da "fábrica moderna". Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da "empresa enxuta", merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que, apesar disso tem maiores índices de produtividade. (grifos do autor) (ANTUNES, 2002, p.68).

Segundo Antunes (2002), as conseqüências imediatas desse processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho são percebidas em: desregulamentação dos direitos trabalhistas; fragmentação da classe trabalhadora; precarização e terceirização do trabalho; desemprego e fragilização ou destruição do sindicalismo de classe.

Essas características citadas acima são compatíveis com a saída encontrada pelo mundo ocidental como uma opção possível para a superação da crise capitalista e identificada pelo nome de toyotismo (ou *ohnismo*, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), ou o modelo japonês. Trata-se de uma forma de organização do trabalho que nasce na fábrica da Toyota, no Japão do pós-Segunda Guerra e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.

Ainda de acordo com Antunes (2002), o toyotismo como um modelo de produção da pode ser caracterizado seguinte forma: a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo, é acionada diretamente pela demanda; sustenta-se na existência do estoque mínimo e no melhor aproveitamento possível do tempo que é garantido pelo *just-in-time*.

São ainda traços do toyotismo: o uso do *sistema kanban*, que inverte o processo produtivo, é após a venda que se inicia a reposição de estoques; a utilização de um processo flexível em que um único trabalhador pode operar várias máquinas ao mesmo tempo; isso é a polivalência; controle de qualidade; o trabalho é realizado em equipe; a horizontalização que reduz ao âmbito da produção os processos estratégicos, utilizando empresas subcontratadas para a produção de elementos básicos. No toyotismo, esses métodos e procedimentos são estendidos para toda a rede de fornecedores.

Na flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores e dos direitos trabalhistas. O toyotismo, que se estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores, é ampliado com a adoção de horas extras e de trabalhadores temporários ou subcontratados.

A partir do momento em que este receituário se amplia para o conjunto das empresas japonesas, seu resultado foi a retomada de um patamar de produção que levou o Japão, num curtíssimo período, a atingir padrões de produtividade e índices de acumulação capitalista altíssimos.

No ocidente, a racionalização do processo produtivo, mediado pelo modelo japonês, caracteriza-se também pela extinção de postos de trabalho.

Não é tanto para economizar trabalho, mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. No Ocidente, os CCQs têm variado, dependendo das especificidades e singularidades dos países em que eles são implementados. Exemplo, se 33% de movimentos desperdiçados são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores, alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção. (KAMATA *apud* ANTUNES, 1995 p.199).

O toyotismo pode ser interpretado como uma continuação do fordismo, mas com aspectos de exploração da mais valia de formas diferenciadas. Ele se estrutura numa força de trabalho reduzida, preservando os mais qualificados na matriz, terceirizando grande parte das operações apêndices e um aumento de horas extras. A aplicabilidade do toyotismo apresentou-se como uma saída para o capital ocidental, em resposta à crise iniciada na década de 70, sendo adaptado, em cada país, de acordo com suas singularidades e particularidades no que se referem a condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas.

Neves (1998), ao analisar as conseqüências da reestruturação produtiva para os trabalhadores, evidencia as mudanças nas formas de inserção deles no mercado de trabalho: exigências de maior qualificação; novas formas de contratação; permanência da divisão sexual do trabalho, que mantém desigualdades acentuadas para as mulheres; a diminuição de postos ocupacionais e da classe operária industrial tradicional. Paralelamente, ocorre o aumento da demanda em algumas áreas, embora desempregue grande contingente de mão-de-obra, como por exemplo, no setor bancário.

Para as conseqüências desse processo, Antunes (1995) também aponta os seguintes aspectos: uma ampliação dos assalariados no setor de serviços; uma heterogeneização do trabalho, expressa pela crescente incorporação do contingente feminino; a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado, revelando uma complexidade no novo mundo do trabalho.

Porém, para o autor, o mais cruel resultado dessas transformações é a expansão do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. As tendências de redução do proletariado, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, geram uma monumental taxa de desemprego estrutural.

Paralelamente a essa tendência, há outra também assaz significativa, dada pela subproletarização do labor, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia informal, entre tantas modalidades existentes. Tudo isso indica uma tendência dos mercados em diminuir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de

trabalho que é facilmente mantida ou descartada sem custos, o que implica impactos no nível do emprego.

A evolução do contingente de desempregados no Brasil - estimado em 7,7 milhões de pessoas, em 1999, tem ocorrido em ritmo mais acelerado do que em outros países¹. Ao longo dos anos 90, esse aumento da situação do desemprego é associado a múltiplos fatores: seja pela dinâmica social e econômica imposta pela demanda da sociedade, seja pela inserção obrigatória no processo de globalização da economia. O Brasil passou, e continua passando, por diversas transições sociais, culturais, políticas, tecnológicas e econômicas que têm afetado profundamente sua economia, seu mercado de trabalho e, conseqüentemente, o índice de desemprego.

De acordo com estudos realizados por Picchetti e Menezes-Filho (2003), é possível destacar seis importantes transições socioeconômicas, com profundas implicações no desempenho do mercado de trabalho e nas mudanças das relações de emprego no Brasil.

A primeira transição diz respeito à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta. Sob a ótica do mercado de trabalho, isso tem representado grandes desafios na medida em que o avanço tecnológico vindo do exterior é fortemente poupador de mão-de-obra. Transformações tecnológicas tem levado a um rápido surgimento de inúmeras modalidades de contratação de mão-de-obra, para muitos denominados de trabalho precário, ou atípicos, quando comparados ao contrato de trabalho formal e permanente que decorre do assalariamento tradicional. Ademais, a abertura comercial teve seu maior impacto no mercado de trabalho do

¹ jornal – Folha de São Paulo – 27 mar. 2000

setor industrial, provocando um grande volume de dispensa de trabalhadores, inclusive de maior nível de qualificação, fato que contribuiu sensivelmente para aumentar os elementos estruturais que compõem a taxa de desemprego aberto, que é entendido como aquele no qual há falta completa de trabalho combinado com a disponibilidade para o trabalho e a procura efetiva.

Por outro lado, a abertura da economia promoveu a interação com um mundo com grande volatilidade dos fluxos de capitais, crises financeiras freqüentes e fortes restrições aos movimentos internacionais da mão-de-obra, o que aumentou a vulnerabilidade do mercado de trabalho.

A segunda transição refere-se ao fato de que se passou de uma economia com altas taxas de inflação, para uma estabilidade econômica que revelou facetas até então ignoradas, como a existência do desemprego aberto, a ocorrência de grandes bolsões de trabalho informal e baixos níveis de salário real.

A terceira transição refere-se a uma modificação do papel do Estado na economia, e na sociedade, antes marcado por fortes estímulos à promoção direta da produção pública, amplos subsídios à produção privada, e agora mais voltado para a fiscalização e regulação da economia. Em particular, o processo de privatizações promoveu ajustes no estoque de mão-de-obra das empresas privatizadas, com implicações no mercado de trabalho.

A quarta transição refere-se à busca contínua da redução da tutela do Estado sobre as relações de emprego e, portanto, sobre o mercado de trabalho, em troca do predomínio e da prevalência das negociações coletivas, as quais envolvem empresas e trabalhadores. Tal característica já traz impactos para o mercado de trabalho.

A quinta transição se refere ao processo de inovação tecnológica implementado no Brasil desde o final da década de oitenta, como instrumento de resposta às crescentes pressões por competitividade e produtividade, caracterizadas pela globalização dos mercados de bens e serviços. Por se tratar de um dos principais fatores determinantes do grau de competitividade de países, setores e organizações empresariais, essas inovações se tornaram condição imprescindível ao desenvolvimento econômico-social. Elas ocorrem em níveis cada vez mais intensos, os quais têm levado as empresas a repensar o seu modo de organização do processo produtivo e as formas de gestão da produção, trazendo impactos no emprego, níveis de remuneração, estrutura ocupacional e conteúdo do trabalho. A conjunção dessas inovações ocasiona, pelas limitações da qualidade da mão de obra brasileira, uma elevação do desemprego, em decorrência do descompasso que se cria entre a demanda de pessoal requerido e a oferta de trabalho existente. Nessa perspectiva, outro aspecto que merece ser apontado é aquele que se refere à capacitação dos trabalhadores, cujo nível de exigência, pelas empresas, torna-se cada vez mais intenso. Os trabalhadores com pouca escolarização vão sendo excluídos do mercado de trabalho em substituição aos mais capacitados e com maior gama de competências. Como consequência, reduzem-se as oportunidades de emprego para os desalojados de suas ocupações tradicionais, ampliando-se o tempo de obtenção de um novo emprego.

A sexta transição refere-se à questão demográfica. Embora o crescimento populacional venha declinando há várias décadas, a pressão demográfica herdada do passado ainda foi muito forte na década de noventa, e continuará sendo até o final da primeira década do terceiro milênio, quando os demógrafos afirmam que se encerrará a atual transição demográfica brasileira. Esse aumento trará dificuldades

para a absorção de mão de obra pelo setor formal, com impactos no mercado de trabalho. Um primeiro impacto é chamada onda jovem, haverá dificuldades de absorção dos trabalhadores prontos para o primeiro emprego. O segundo impacto diz respeito à contribuição demográfica para a ocorrência de altas das taxas de desemprego, notadamente nas áreas urbanas do País, onde se concentra grande parte da estrutura ocupacional brasileira.

Como foi demonstrado até aqui, o conjunto de transformações ocorridas no processo de reorganização do capital influenciou de forma direta nos níveis de desemprego no mundo. No caso específico do Brasil, o processo de reestruturação produtiva, associado a outros aspectos sócio-econômicos possui implicações diretas no mercado de trabalho, com impactos imediatos na situação de desocupação involuntária. Isso contribui significativamente para aumentar as flutuações cíclicas do desemprego, bem como e principalmente, para aumentar a componente estrutural embutida na taxa do mesmo.

4.1 TRABALHO FEMININO E DESEMPREGO

As implicações das mudanças ocorridas no processo produtivo também são significativas no que se refere às relações de gênero. Segundo Segnini (1998), os impactos observados no novo contexto produtivo atingem mulheres e homens de forma diferenciada. Para a autora, como consequência da reestruturação produtiva, a utilização do trabalho feminino foi intensificado e disseminado. As novas estruturas do mercado de trabalho facilitam a exploração da força de trabalho feminino. Dessa forma, substituem o trabalho masculino mais bem remunerado e menos facilmente demissível pelo trabalho mal pago das mulheres, em posições que exigem pouca qualificação, ou por meio de contratos terceirizados e subcontratações.

Para Neves (1998), a queda crescente do pleno emprego e de empregos estáveis traduz um estabelecimento de formas de terceirização com a contratação de empregados em condições precárias. Principalmente entre as mulheres, ressalta o uso do trabalho informal pela empresas e o trabalho em domicílio, reproduzindo as desigualdades das relações de gênero.

Para Nogueira (2004), no Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho deu-se de forma crescente entre as décadas de 20 e 80, acompanhando os processos de industrialização e urbanização da sociedade brasileira. Os tipos de atividade predominantes exercidos pelas mulheres são a produção para o consumo familiar, magistério, comércio, enfermagem, telefonia, alguns ramos da indústria (principalmente a têxtil e vestuário) e alguns serviços pessoais como lavadeiras, manicuras, cabeleireiras etc.

As mudanças significativas no emprego da mão-de-obra feminina ocorreram a partir da década de 90 e são compreendidas como um processo mais amplo decorrente das transformações do capitalismo, na reestruturação produtiva. Essas mudanças estão relacionadas com o acentuado crescimento do trabalho feminino que tem sido denominado por alguns autores como a feminização do trabalho (Nogueira, 2004; Bruschini, 2000). A feminização do trabalho pode ser exemplificada de acordo com o crescimento das taxas de participação feminina: “enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres se ampliaram significativamente nos anos 80 e mais ainda na década seguinte, quando atingiram, em 1998, 47,5%” (BRUSCHINI; LOMBARDI, *apud* NOGUEIRA, 2004, p.68)

TABELA 1
Indicadores de Participação Econômica por Sexo - Brasil

População economicamente ativa (em milhões)							
Sexo	1981	1985	1990	1993	1995	1998	%
Homens	32,6	36,6	41,6	42,8	44,2	45,8	40,5
Mulheres	14,8	18,4	22,9	28	30	31,3	115

Taxas de Atividades (%)							
Sexo	1981	1985	1990	1993	1995	1998	%
Homens	74,6	76	75,3	76	75,3	73,9	-
Mulheres	32,9	36,9	39,2	47	48,1	47,5	-

Proporção de Mulheres entre os Trabalhadores							
Sexo	1981	1985	1990	1993	1995	1998	%
Homens	68,7	66,5	64,5	60,4	59,6	59,3	-
Mulheres	31,3	33,5	35,5	39,6	40,4	40,6	-

Fonte: Fundação Instituto de Geografia e Estatística (FIBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (BRUSCHINI; LOMBARDI *apud* NOGUEIRA, 2004 p.69).

Os dados demonstram, que no período compreendido entre 1981 a 1998, ocorreu um constante crescimento da população economicamente ativa feminina (PEA), chegando a alcançar 115% de aumento, muito mais acentuado que o masculino. A proporção da adição de mulheres em relação aos trabalhadores é

nítida, salta de 31,3%, em 1981, para 40,6%, em 1982. Segundo Bruschini (2000), parte dessa alta, do ano de 1993 em diante, foi provocada pela ampliação do conceito de trabalho adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este passou, desde 1992, a incluir atividades para autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho. Como essas atividades sempre foram realizadas por mulheres, os efeitos da nova metodologia incidiram sobretudo sobre elas, enquanto as taxas masculinas permaneceram inalteradas no período.

O crescimento do trabalho feminino é acompanhado por desigualdades na divisão sexual do trabalho. Tais desigualdades podem ser observadas nos aspectos relacionados ao salário e à jornada de trabalho. De acordo com Nogueira (2004), pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (1995), indicam, no que diz respeito aos salários, que o valor pago para a força de trabalho feminina é, na maioria das vezes, muito menor que o pago para a masculina. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo.

Para a referida autora, de acordo com as pesquisas que analisam a participação da mulher por setor de atividade, é possível observar que elas se encontram presentes de modo majoritário em todos os setores, em que o valor salarial está estipulado em até dois salários mínimos, e, ao contrário, de modo minoritário, à medida que os valores salariais vão se elevando. A única exceção é em relação ao setor agrícola onde, por exemplo, encontramos a cifra de 16% de mulheres e de 55% de homens que ganham até dois salários mínimos. Em relação à

jornada de trabalho, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (1995), indicam que, em geral, quanto menor é o tempo de trabalho, maior é a presença feminina. Por exemplo, na jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais, encontramos 7.760.331 milhões de mulheres. Para a mesma quantidade de horas trabalhadas, a presença masculina é quase o dobro, totalizando a cifra de 14.882.407 milhões. Nos trabalhos de até 14 horas semanais, os dados mostram que são 3.414.902 milhões de mulheres, contra 1.001.156 milhões de homens; de 15 a 39 horas, temos 9.620.116 milhões de mulheres e 6.546.326 milhões de homens. Os dados vêm confirmar a tendência mundial de apresentar a mulher como majoritária nas jornadas de trabalho parciais, ou seja, falar sobre trabalho em tempo parcial é, em grande medida, falar em trabalho feminino.

Os dados apresentados mostraram que, no contexto da flexibilização do mundo do trabalho, da reestruturação produtiva, o aumento da inserção das mulheres continua ocorrendo. Entretanto, confirma uma tendência histórica para a continuidade das desigualdades na divisão sexual do trabalho.

TABELA 2
Rendimentos dos Ocupados e Ocupadas por setor de Atividade - Brasil, 1995

Sexo e ramos de atividade econômica	Classes de Rendimento Mensal			
	Até 2 sm	Mais de 2 a 5 sm	Mais de 5 a 10 sm	Mais de 10 sm
Homens	40	28,1	12	8,3
Agrícola	55	11,2	2,6	1,7
Indústria	33,4	38,4	14,7	8,7
Comércio de Mercadorias	38,4	31,5	13,3	9,9
Prestação de Serviços	42,5	34,1	12,6	5,1
Serv. Axu. Da atividade econômica	23,7	25,8	19,6	27,5
Transporte e Comunicações	22,2	44,7	20,9	10,6
Social	28,5	28,5	19,4	19,6
Administração Pública	28,9	34,8	19,8	15,3
Outras Atividades não declaradas	26,5	17,3	24,1	28,9
Mulheres	47,9	18,5	6,6	3,5
Agrícola	16	1,2	0,2	0,1
Indústria	49,1	30,7	7,5	4,5
Comércio de Mercadorias	47,7	25,8	7,9	3,5
Prestação de Serviços	77,9	13,7	2,5	0,8
Serv. Axu. Da atividade econômica	34,3	29,2	18,1	12,2
Transporte e Comunicações	26,7	36,7	20,9	11,9
Social	45,2	32,8	13,5	6,2
Administração Pública	37,7	27,5	19,3	13,9
Outras Atividades não declaradas	19,6	27,2	26,8	22,2

Tabela adaptada - Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 1995 – (BRUSCHINI *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 72)

A participação masculina no mundo do trabalho pouco cresceu após os anos 70, a intensificação da inserção feminina foi o traço marcante nas duas últimas décadas. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada. Assim, pode-se dizer que a precarização tem sexo. Para Hirata (1999):

isto só é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres por durações mais curtas de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino. Além disso, existe a conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares, no que tange às necessidades de subsistência familiar. Embora é notório que hoje, para algumas famílias, essa premissa não é mais verdadeira, pois o valor “complementar” do salário feminino é freqüentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente no universo das classes trabalhadoras. Assim, ao tempo em que se deu um avanço da presença feminina no mundo do trabalho, esse avanço foi marcado pela precarização. (HIRATA,1999, p.38).

Outro aspecto relevante no processo de reestruturação produtiva, referente à questão gênero x trabalho, é o fenômeno do desemprego. Nos últimos anos, as taxas de desemprego vêm apresentando crescimento acentuado para ambos os sexos. No entanto, pesquisas demonstram que o desemprego feminino é sempre maior, pois os vínculos empregatícios das mulheres são mais frágeis e as condições de trabalho mais desfavoráveis que as dos homens.

TABELA 3
Brasil: Taxa de Desemprego Aberto segundo Características Pessoais - Sexo e Posição na Família - Regiões Metropolitanas (a) - 1991 - 2002 (Média Anual) (%)

Ano	Gênero		Posição na Família			
	Homens	Mulheres	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outros
1991	4,8	4,9	3,1	2,6	9,4	6,2
1992	5,6	6	3,7	3,4	11	7,2
1993	5,2	5,6	3,4	3,1	10	6,8
1994	4,8	5,5	3,2	3,1	9,7	6,9
1995	4,5	4,8	3	2,9	8,8	5,7
1996	5	6,1	3,4	3,8	10	7,3
1997	5,3	6,3	3,7	3,9	10,4	7,1
1998	7,1	8,3	5,1	5,4	13,4	9,3
1999	7	8,3	5	5,2	13,5	9,1
2000	6,5	8	4,6	5,2	12,9	9
2001	5,9	6,7	4,1	4,2	11,2	7,6
2002	5,9	6,8	4,1	4,3	11,3	7,7

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME)/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (a) Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador

Segundo Lavinias (2002), o aumento do desemprego feminino é maior em função de as mulheres apresentarem uma demanda de ingresso ao mercado

diferente dos homens. Sua taxa de participação, embora crescente, ainda é inferior à dos homens; a existência de um componente sazonal mais acentuado no desemprego das mulheres é possível inferir que estas estão mais sujeitas aos postos de trabalhos temporários e menos estáveis que os homens e mais sensíveis a uma demanda sazonal de mão-de-obra.

Outras dificuldades enfrentadas pelas mulheres são descritas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (1997) sobre as desigualdades do trabalho feminino. Problemas análogos às relações de trabalho e à intersecção entre o ambiente doméstico, a infra-estrutura pública e o trabalho nem sempre são tão claramente visíveis ou mesmo passíveis de transformação em números ou porcentagens que quantifiquem a dificuldade, o esforço adicional ou a discriminação. Nesse contexto, podem ser citadas, no que se refere ao ambiente e às relações de trabalho: as dificuldades de ascensão profissional; a discriminação explícita ou implícita na contratação de mulheres casadas ou com filhos; as exigências de exames de gravidez antes da contratação; os abusos e/ou discriminação por parte de chefias, encarregados ou outros; o assédio sexual; as punições por faltas e atrasos para cuidado dos filhos; as condições ambientais e de saúde adversas; o trabalho repetitivo ou penoso, entre outras.

É possível dizer que, na atualidade, a crescente inserção da mulher no mundo do trabalho ofereceu o fortalecimento do processo de emancipação feminina. No entanto, Neves (2001), ao analisar a presença da mulher no mercado de trabalho, ressalta que esse fenômeno caracteriza-se por mudanças e permanências e aponta que, nos últimos 25 anos, as mulheres adquiriram maior nível de escolaridade comparativamente aos homens, ampliaram sua presença em ocupações que antes

eram exclusivamente masculinas e que exigiam maior escolaridade. Porém, as desigualdades de gênero ainda permanecem. Ainda existem guetos profissionais designados para as mulheres com baixos níveis de remuneração, desigualdades salariais entre os sexos e a dupla jornada de trabalho – o trabalho doméstico continua sob a responsabilidade das mulheres – maior presença delas, em postos taylorizados, realizando tarefas repetitivas e monótonas, o que confirma uma barreira de gênero no envolvimento com tarefas mais qualificadas. Para a autora, do ponto de vista do trabalho feminino, o que se observa é que, apesar das inovações tecnológicas, a divisão sexual do trabalho permanece. Como pode ser evidenciado no relato de uma das entrevistadas:

No banco que eu trabalhava, a mulherada ganhava pouco. A gente que estava assumindo cargo de gerente, como eu por exemplo, ganhava o mesmo que o Tesoureiro (Heloísa).

Os efeitos das mudanças no mundo do trabalho para a mulher ainda estão por ser mais bem estudadas, mas a exclusão, o desemprego e a precarização parecem afetar mais intensamente a situação da trabalhadora. O mundo moderno apresenta hoje novos desafios para a construção da equidade de gênero, que emergem no momento em que as sociedades parecem dirigir-se justamente na direção contrária, aprofundando desigualdades sociais.

4.2 MULHERES NO SETOR BANCÁRIO: DAINSERÇÃO AO DESEMPREGO

No século XX, foram intensas as mudanças na área tecnológica e nas relações de trabalho ocorridas no universo bancário. Nesse processo, o desenvolvimento tecnológico traduz as relações sociais presentes neste segmento desde sua realização de forma manuscrita, até os registros contábeis informatizados.

Conforme Segnini (1998), durante a década de 20, as características do trabalho bancário são assim configuradas: estilo de gestão paternalista; uma organização do trabalho em que não havia funções fixas – estas eram distribuídas na base da confiança pessoal; o trabalho era realizado manualmente (não havia máquinas de calcular). Somente a partir da década de 30, com a permissão de escrituração à máquina, é que as tarefas foram facilitadas. No período compreendido entre a década de 30 e os primeiros anos da década de 60, a racionalização, como forma de gestão, desenvolve-se concomitantemente com a mecanização do trabalho bancário.

O Golpe Militar de 1964 significou a concretização política de um projeto econômico de uma parcela da burguesia brasileira aliada ao capital monopolista internacional, por meio do qual se procurou criar as condições institucionais necessárias e indispensáveis à sua expansão. Para a expansão e consolidação do capital monopolista no país, tornava-se necessário racionalizar o sistema financeiro. Para tanto, a Reforma Bancária (Lei nº 4595, 31.12.1964), deu suporte ao novo padrão de acumulação projetado. Os bancos passaram a exercer funções múltiplas, tanto na qualidade de bancos comerciais, como de bancos de investimentos,

administradores de carteiras e fundos de ações, *leasing*, sociedades de créditos imobiliários, corretoras, seguradoras, distribuidoras. Neste contexto, caracterizado também pela centralização de poder nas matrizes dos bancos e pela descentralização dos serviços prestados (agências), é que se podem encontrar as exigências organizacionais que possibilitaram um alto grau de normatização e rotinização do trabalho. As condições necessárias para a implantação da automação estavam colocadas organizacionalmente e se fizeram acompanhar de mudanças na organização do trabalho. A partir de então, inicia-se um lento e gradual processo de racionalização do trabalho bancário, sempre vinculado a mudanças tecnológicas e organizacionais que objetivaram atender a uma permanente expansão das operações financeiras e à redução dos custos através da divisão e intensificação do trabalho. A característica presente nesse processo histórico foi e tem sido ainda a procura do aumento da produtividade e a minimização dos custos de funcionamento.

A intensificação do processo de reestruturação bancária pode ser compreendida no contexto das mudanças ocorridas no setor produtivo, em geral, a partir da década de 70. Mas, além de refletir um fenômeno global, a reestruturação das instituições financeiras, no Brasil, nos anos 80 e 90, teve configuração específica, em função dos diversos planos governamentais de estabilização econômica que as levou à adoção de inovações tecnológicas e de gestão, sempre em busca de mais lucros e redução de custos, especialmente de pessoal.

De acordo com Segnini (2000) os ajustes do sistema financeiro no Brasil, após o Plano Real em 1994, são resultados de um conjunto de medidas coordenadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esses ajustes estão relacionados com a adequação dos números de empresas, ou seja, falências, fusões, incorporações e privatizações, classificadas pelo Banco Central do Brasil

(BACEN) como não-voluntárias e voluntárias. Os ajustes não-voluntários referem-se aos bancos, tanto os grandes, quanto os médios e pequenos, considerados vulneráveis, que apresentavam uma lucratividade que os tornou inviáveis econômica e financeiramente, após a estabilização da moeda brasileira em 1994. Alguns deles ficaram sob a intervenção do Banco Central (BACEN). Quanto aos ajustes voluntários, estes ocorreram principalmente no segmento dos bancos médios, envolvendo aquisições, fusões e incorporações a partir da iniciativa dos próprios bancos que procuravam melhorar suas condições de competitividade.

Em decorrência dos ajustes de estabilização econômica, impostos pelos planos brasileiros, os bancos adotaram um conjunto de medidas que objetivava a minimização de custos, a partir do momento que a inflação deixou de ser uma fonte segura de lucratividade. Essas medidas foram, a partir daí, traduzidas em uma nova organização do trabalho, através da automação dos processos bancários e resultou em eliminação de postos de trabalho; adoção da multifuncionalidade (flexibilização funcional do trabalho que se traduz pela realização de várias tarefas ao mesmo tempo); e a redução de níveis hierárquicos.

Essa nova forma de organização do trabalho bancário teve, dentre várias conseqüências, a substituição progressiva de trabalhadores pelas máquinas, gerando uma enorme diminuição de empregados bancários. Assim, “em 1986, a categoria que representava um milhão de trabalhadores, em 1997 foi reduzida para 476.000, ou seja, em 10 anos, 524.000 postos de trabalho foram extintos” (SEGNINI, 2000, p.191). Vemos que a redução de despesas e a evolução da informatização contribuíram intensamente para o desemprego no setor bancário. Outro fator significativo foi a crescente terceirização de atividades não-financeiras, como

transporte, segurança, limpeza, serviços de engenharia e de manutenção de prédios e equipamentos, restaurantes, desenvolvimento de softwares, entre outros.

Os postos mais atingidos pela racionalização são aqueles que possibilitaram a informatização e a transferência de tarefas para os clientes com os serviços de auto-atendimento, ou vinculadas a atividades não-financeiras passíveis de serem terceirizadas. A maioria dessas operações era realizada em atividades de tempo parcial, executadas pelos bancários denominados escriturários. Em sua maioria, este cargo era ocupado por mulheres.

O cargo de escriturário inclui atividades, em geral padronizadas, que não exigem alto grau de qualificação, em decorrência do seu conteúdo, mas que requerem alto nível de atenção e responsabilidade, características que os bancos e outros setores produtivos atribuem, com frequência e equivocadamente, às mulheres. O que chamo de equívoco inclui um uso instrumental de uma representação, construída historicamente, segundo a qual a mulher tem qualidades inatas (e não aprendidas) para mais bem executar certas atividades que exigem paciência, dedicação, atenção a detalhes etc. No mundo do trabalho, isso serviu, em grande parte, para perpetuar a dominação masculina sobre a mulher, no espaço da produção, ficando os homens nos postos de chefia e as mulheres nas tarefas subalternas.

Para Neves (1998), a relação entre tecnologia e trabalho feminino ainda permanece definida muito mais pelo conteúdo ideológico que discrimina as mulheres do que pela competência técnica, sendo que nos modelos de produção flexíveis, que valorizam a iniciativa e autonomia, não consideram essas como características femininas. Ainda segundo a autora, em uma análise sobre a incidência da L.E.R.(Lesões por Esforços Repetitivos) entre trabalhadores da indústria de

autopeças para o sistema automotivo, na região de Contagem - MG, aponta para uma desvalorização do trabalho feminino sendo que alguns lugares estão reservados para as mulheres:

As operárias estão inseridas, tanto nas relações de produção quanto nas de reprodução, de uma forma particularmente distinta, em relação aos operários. A lógica do capital se apodera dessa diferença que aparenta ser natural, enquanto determinadas a partir de fatores biológicos, para negar as qualidades demandadas tanto na fábrica quanto ao nível de trabalho reprodutivo doméstico. Atributos como destreza, minúcia, delicadeza, rapidez etc. são qualidades demandadas às mulheres e não aos homens, cujos postos de trabalho estão mais associados à virilidade, à coragem, ao gosto pela competição e outros atributos socialmente valorizados. (NEVES, 1998 p. 198).

Para se compreender o impacto da reestruturação bancária sobre o trabalho feminino, é importante analisar os modos de inserção da mulher ao longo das últimas décadas nesse setor. É importante lembrar que a profissão de bancário era, até meados do século XX, eminentemente masculina. De acordo com Segnini (1998), a utilização do trabalho feminino no segmento bancário intensifica-se a partir da década de 60, em razão da multiplicação de postos de trabalho relacionados com as operações simplificadas e repetitivas que os primeiros sistemas de informatização interna (informatização dos processos administrativos, financeiros e decisórios) passaram a demandar.

Neste período, as mulheres vão sendo contratadas pelos bancos privados e lhes é permitido prestar concurso público nos bancos estatais, no contexto caracterizado tanto pelas reivindicações sociais que marcaram as lutas feministas nas décadas de 60 e 70, quanto pela multiplicação de postos de trabalho relacionados às operações simplificadas e repetitivas que os sistemas informatizados passaram a demandar. (SEGNINI, 1998, p.45).

Assim, a feminização do trabalho bancário ocorre com o uso mão-de-obra feminina em postos fragmentados e rotinizados e em regime de tempo parcial. O fato

de as mulheres ocuparem cargos menos valorizados implica uma diferenciação salarial, pois os trabalhadores de tempo integral recebem em torno de vinte e cinco por cento a mais que seus colegas com jornadas de seis horas.

No setor bancário, Segnini (1998) aponta para o lugar ocupado pela mulher, como sendo a maioria em postos de “chão de fábrica”, ou seja, em agências, onde desenvolvem atividades de suporte e atendimento ao cliente e ocupam primordialmente os cargos de tempo parcial como escriturário e caixa.

Aumento da participação feminina continua crescendo e no final da década de 80, as mulheres passam a representar quase a metade da força de trabalho da categoria, sendo que a maioria delas ocupa o cargo de escriturário. Conforme Segnini(1998), as mulheres passam a representar cerca de 50% dos trabalhadores bancários. Por essa razão, o setor bancário nesse período é denominado “gueto rosa” ou “guetodo emprego feminino”.

A partir da década de 90, conforme Segnini (1998) como consequência do processo de reestruturação bancária, ocorre a expansão de contratações de mulheres em regime flexível, por meio da terceirização de postos não vinculados às atividades financeiras (limpeza, cozinha, atendimento).

Outro aspecto sobre a condição feminina no mercado de trabalho é anterior ou mais amplo que o campo do setor bancário. Em outras palavras, se nos últimos anos, as taxas de desemprego vêm apresentando crescimento acentuado para ambos os sexos, as pesquisas demonstram que o desemprego feminino é sempre maior, pois os vínculos empregatícios das mulheres são mais frágeis e as condições de trabalho mais desfavoráveis que as dos homens. No setor bancário, como já vimos, os cargos mais afetados pela racionalização são os denominados generalizadamente de escriturário, ocupados majoritariamente pelas mulheres.

Assim, evidencia-se a possibilidade de as mulheres serem mais atingidas, proporcional e intensamente que os homens, em termos de desemprego. Segundo Abreu e Sorj (2002), em apenas catorze anos, a participação de escriturários no contingente total de bancários reduziu-se cerca de 53%, em consequência da intensificação do uso da informática, além da própria reorganização do trabalho bancário. (*grifo nosso*).

O setor bancário é sem dúvida importante para entender os processos diferenciados de empregabilidade da força de trabalho feminino. De fato, ao mesmo tempo em que se observa uma crescente participação da mulher no segmento bancário a partir da década de 60, é possível inferir que no decorrer do processo de reestruturação produtiva por que vem passando o setor no país, as mulheres foram significativamente atingidas pela precariedade e vulnerabilidade, visto que, do ponto de vista global, elas estão mais concentradas em algumas funções operacionais e de menor prestígio, além de mais sujeitas aos processos de redução e, conseqüentemente, mais vulneráveis à dispensabilidade.

5 PESQUISA DE CAMPO

5.1 O DESEMPREGO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NA VIDA DOS INDIVÍDUOS

Para que seja possível compreender de forma ampla o significado do desemprego, é necessário reconhecer o trabalho como uma das inserções mais significativas do homem na sociedade. O trabalho integra o indivíduo socialmente, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, identidade social, sentimento de pertencer a um grupo no qual são apreendidos valores e modos de ser e de existir.

O ponto de vista desta pesquisa, ao propor a análise do desemprego feminino, visa analisar o significado do trabalho, porém buscando a compreensão das experiências vividas por trabalhadoras bancárias, frente à ausência do emprego.

Alguns estudos convergem no que se referem aos efeitos negativos do desemprego para os indivíduos, seus familiares e a sociedade. Tais investigações demonstram que a situação de desemprego está associada às alterações no convívio social, à ocorrência de distúrbios psicológicos e à baixa na auto-estima, entre outros.

Essas considerações estão contempladas, por exemplo, no estudo de Lima e Borges (2002), que denota o desemprego de longa duração como fonte de graves problemas psíquicos e sociais. As autoras indicam que a situação de não-trabalho está relacionada não somente com a ruptura do vínculo do sujeito com seu labor, mas também com as principais referências que estruturavam seu cotidiano e que lhe

proporcionavam sentir-se integrado ao seu meio. Portanto, os vínculos familiares e sociais também ficam fortemente abalados.

Seligmann-Silva (2001) ressalta que investigações sobre o tema têm procurado caracterizar, do ponto de vista clínico e psicossocial, as sucessivas etapas em que, na situação de desemprego prolongado, emergem e se desenvolvem distúrbios psíquicos. A inter-relação desemprego-saúde, os processos nos quais se tece o desgaste da saúde, além de apresentar dinâmicas e configurações marcadas pelas diferenças dos contextos históricos, econômicos e culturais de cada formação social, podem variar de acordo com gênero, faixa etária, posição na constelação familiar, nível de escolaridade, experiência profissional e a história singular de cada um.

Observa-se que o fato de um trabalhador estar desempregado não lhe tira a condição de trabalhador, tampouco demonstra a ausência das competências e a disponibilidade para o trabalho. Nesse caso, o indivíduo desempregado não pode ser considerado com um não-trabalhador, mas como um trabalhador em situação de desemprego.

Com o intuito de contribuir para o entendimento da vivência do desemprego, no caso específico das trabalhadoras bancárias em situação de desemprego, foi realizada uma pesquisa qualitativa com nove mulheres, com o propósito de buscar apreender as características mais marcantes da vivência delas.

O conceito de vivência, nessa investigação, relaciona-se à configuração de sentidos que cada indivíduo desenvolve e atribui aos eventos que experimenta (nos quais se sente envolvido, na maioria das vezes, como protagonista ou vítima) no decorrer de sua vida. Sentido, aqui, se refere à possibilidade de atribuição de significado a eventos de que o indivíduo participa diretamente. Significados são

compreendidos como representação simbólica das finalidades da ação, elaborada e assimilada por um sujeito social.

5.2 METODOLOGIA

A pesquisa dividiu-se em duas fases: a primeira foi desenvolvida por meio da pesquisa teórica, objetivando focar as transformações ocorridas no mundo do trabalho e como o setor bancário foi afetado. Buscou, essencialmente, analisar o fenômeno do desemprego feminino suas configurações psicossociais. Essa fase foi fundamental para o entendimento da configuração do desemprego na atualidade. A segunda fase do trabalho compreendeu entrevistas semi-estruturadas, registradas mediante gravação, com transcrição subsequente, com o objetivo de identificar as vivências das trabalhadoras em situação de desemprego.

As entrevistas seguiram um roteiro (Anexo I) que envolve os seguintes pontos: a) Como se desenvolve a trajetória do desemprego na vida dessas trabalhadoras? b) Quais as relações estabelecidas pelas trabalhadoras entre a vivência da situação de desemprego e o bem-estar físico e mental? c) Que alterações são encontradas no cotidiano dessas trabalhadoras em situação de desemprego, do ponto de vista psíquico e social? d) Que possibilidades tais trabalhadoras encontram para reestruturar seu projeto profissional em novas inserções sociais?

5.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

O encaminhamento dos sujeitos foi feito de maneira informal, por meio de indicações de ex-bancárias e também ex-funcionárias de bancos, alunas participantes do Curso Seqüencial de Gestão de Instituições Financeiras – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), que se encontravam naquela ocasião em situação de desemprego e que se interessaram em participar da pesquisa.

O critério para a escolha das entrevistadas foi baseado na definição de desemprego de longa duração (D.L.D.), que, conforme Seligmann-Silva (2001) é a situação em que a dispensa ou demissão tenha ocorrido há mais de seis meses, diferenciando do critério europeu, que utiliza o período de um ano. A justificativa de escolha fundamenta-se no fato de o seguro-desemprego no Brasil ter vigência máxima de cinco meses.

5.4 A CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Os sujeitos escolhidos se caracterizam por um grupo de nove mulheres que se encontram em situação de desemprego com idade entre 19 e 50 anos, residentes na região metropolitana de Belo Horizonte - MG, com escolaridade de nível médio e superior, de qualquer estado civil, que tenham trabalhado em funções administrativas (escriturárias, caixas, atendentes etc.), técnicas (funções de nível

superior) ou gerencial (gerentes comerciais, gerentes de setor/área/departamento), tanto de agências bancárias ou setores da administração central de bancos privados.

5.5 ABORDAGEM QUALITATIVA

Para a análise dos dados das entrevistas, de acordo com Minayo (1994), adotei a abordagem qualitativa, na qual trabalhei com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, correspondentes a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

Os dados coletados foram reunidos por convergência de conteúdo. Assim, resultaram em unidades, conforme repetição dos conteúdos, sendo agrupadas e analisadas com o respaldo da análise de conteúdo Bardin (1977). Para a referida autora, esse tipo de análise é uma técnica de pesquisa social utilizada para realizar uma descrição objetiva dos dados, tendo como meta a interpretação dos discursos dos sujeitos pesquisados.

Por meio da sistematização dos dados obtidos, realizei a seleção e a separação das informações. Enfatizei os aspectos mais significativos evidenciados pelas falas das entrevistadas, destacando-se dez categorias que emergiram na descrição dos resultados.

Finalmente, realizei a descrição dos resultados obtidos, a interpretação e a discussão destes, possibilitando a interface da pesquisa de campo com as idéias

dos autores que investigam a situação de desemprego e suas conseqüências para a vida dos indivíduos.

5.6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir das entrevistas realizadas com as trabalhadoras em situação de desemprego, foi possível encontrar indícios reveladores das vivências relacionadas a essa situação. O exame dos dados obtidos nos depoimentos colhidos permitiu identificar algumas categorias que foram escolhidas, com base nos estudos relativos às mudanças e implicações decorrentes da situação de desemprego dessas trabalhadoras, tendo ainda em vista sua relação com seus familiares e com a sociedade em que vivem. Dos dados coletados, foram identificadas dez categorias que serão apresentadas e analisadas a seguir.

5.6.1 Antecedentes do desemprego

Seligmann-Silva (1994), ressalta que as mudanças econômicas, tanto nas fases de crescimento quanto nas de recessão, afetam a saúde humana, fato que assinala que os trabalhadores que ainda se mantêm em seus empregos vivenciam algum tipo de sofrimento psíquico. Um dos aspectos mencionados pela autora relaciona-se com a busca de maximização de produtividade, caracterizada pelo

prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de produção, desvio de função, aumento do ritmo do trabalho, aumento do risco de acidentes, entre outros. Esses fatores representam aspectos importantes do sofrimento psíquico, pois acarretam ansiedade e tensão. O medo da dispensa funciona como uma mola propulsora da ansiedade; “trata-se de um medo que se avoluma tanto antes quanto após cada grande corte de pessoal” (Seligmann-Silva, 1994, p.266).

Como consequência das mudanças no processo produtivo bancário, foi possível identificar as alterações no cotidiano das trabalhadoras bancárias, nas situações que antecediam processos de redução de pessoal. A carga de trabalho aumentada, o sofrimento e a tensão vivenciada diante das situações que resultavam em cortes de funcionários é evidente na fala de uma das entrevistadas:

Toda semana tinha demissão, toda semana tinha demissão. Foi traumático, além disso, quem foi ficando foi tendo que trabalhar pra todo mundo que estava sendo demitido, tava trabalhando igual a uma louca, enlouquecida, ensandecida porque eu acabava de fazer o meu serviço, eu ia para o operacional ajudar lá. Foi o maior desgaste psicológico que eu tive na minha vida, porque você trabalhar todo dia com gente sendo demitida, pai de família, gente que você vê que não tem condições de se recolocar, que está na beira da aposentadoria... (Heloísa)

5.6.2 História da saída

O momento do desligamento e o impacto vivido pela ruptura dos laços laborais são descritos pelas entrevistadas como uma situação geradora de intenso sofrimento psíquico, que pode ser identificado na fala de uma das ex-bancárias:

Primeiro foi o sofrimento de não estar preparado para uma saída, a gente não se prepara. Há casos, mas muito raros, de pessoas que têm uma função paralela. No Banco A, não é permitido isso, se ele descobre que você tem uma função paralela, é demitido. Você é investigado. Eu não queria pegar toda a bagagem que eu tenho e colocar tudo dentro de um envelope como eu fiz o dia que saí, tive que colocar meus dezessete anos de trabalho dentro de um envelope. (Chora). (Marília).

Outro fator relacionado com o momento do desligamento que é relatado com sofrimento é o motivo do desligamento. O que foi possível constatar, por meio do relato de algumas ex-bancárias, é que nos processos de redução de quadro, não fica explicitado, por parte da empresa, a razão da demissão. Assim, elas vivenciam uma necessidade de encontrar um sentido para o ocorrido. A ausência de uma razão concreta para a escolha acarreta sentimentos de culpabilidade, mágoa e frustração:

Eu não sei os motivos, porque nunca se fala disso, quais são os motivos por que fui demitida. Eu cheguei de férias num dia e no outro eu fui demitida, aí o motivo não se tem, assim, eu recorri para saber o que leva uma demissão, o que leva você ser excluída. Eu não sei por que fui demitida. (...) Ele (o gerente) falou que o nome veio lá de cima, mas isso a gente sabe que não vem, aí eu não questionei, na hora ele só falou que não era nada pessoal, não era pelo trabalho, que não era porque eles não estavam insatisfeitos com o serviço. (Maria)

A gente nunca sabe o que pode ser uma decisão. Olha, você tem que tirar um e aleatoriamente, você vai lá e tira uma pessoa ou então chega uma decisão lá de cima. Pra entrar é cheio de regras, de perguntas e respostas. Você tem que ter o perfil para ser escolhida e pra sair ninguém me deu uma explicação. Qualquer deslize que você dá pode comprometer. É muito difícil. Eu não desejo pra ninguém, se eu fosse chefe, eu tentaria ao máximo ser honesta com as pessoas. Eu acredito que todas as pessoas que passam por isso devem sentir o mesmo. Ninguém deve ficar feliz com isso. Agora se você é mau funcionário, você tem que ser demitido, mas saber por que também. Fica difícil encontrar uma resposta, né? (Patrícia)

Conforme Segnini (2000), em um estudo das mudanças no segmento bancário nas últimas décadas, observaram-se índices mais elevados de escolaridade registrados entre os trabalhadores bancários, como consequência do desemprego no setor, que permite privilegiar a permanência de empregados, os

bancários mais escolarizados, entre outros que vão sendo excluídos desse segmento no mercado de trabalho. Esse aspecto foi percebido, principalmente pelas entrevistadas com escolaridade no nível de segundo grau, como motivo de sua demissão:

Para mim foi uma surpresa tão grande. A única coisa que eu vejo para mim é a idade ou o curso superior que eu não tinha, aí sim está justificado. Profissionalmente eu não via diferença. (...) às vezes é até questão de mercado, a oferta de mão de obra é muito grande e as empresas começam a colocar um monte de restrições preferenciais para afunilar as pessoas que possam entrar ali. Antes não precisava de curso superior para entrar, inclusive quem trabalhava em banco não conseguia estudar, porque não tinha tempo. (Patrícia)

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Bancários – Central única dos Trabalhadores (CNB/CUT) (2001), sobre o perfil do trabalhador bancário em seis regiões metropolitanas (São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal), indicou que a participação relativa das bancárias mais jovens, até 30 anos, supera a das bancárias nas faixas etárias mais altas, 31 anos ou mais. Esse aspecto foi identificado pelas entrevistadas como fator de exclusão, ao não corresponderem à faixa etária predominante entre os trabalhadores das organizações bancárias na atualidade.

O tempo elevado de permanência na instituição financeira também é citado como uma possível causa do desligamento:

No Banco A, o funcionário que tem mais de vinte anos de casa passa a ser custo, eu não conheço nessa regional alguém que tenha se aposentado pelo banco. Sei de casos de pessoas que foram desligadas em processo de estabilidade e que tiveram que ser reintegrados. Ele suga, suga e depois te descarta. (Marília)

5.6.3 O significado do trabalho

O trabalho exerce um valor central na vida dos indivíduos como fator estruturante de sua subjetividade. Conforme Lobato (2004), ele representa ainda o elo mais forte da corrente de intercâmbios sociais que garante aos indivíduos desde a sua sobrevivência até a sua identidade como cidadão. Ao serem indagadas sobre o significado do trabalho para suas vidas, as ex-bancárias relacionaram aspectos do trabalho como espaço para o uso das habilidades, fonte de reconhecimento e prazer:

Eu confesso que era um trabalho bacana, de que eu gostava, a que eu me dedicava, mas que eu não achava que era o ápice da minha vida. Não era a coisa mais perfeita da minha vida, de forma alguma, mas representava uma forma de exercer, mostrar os seus conhecimentos, a sua aptidão, o quê que você gosta, coisa de reconhecimento mesmo, ferramenta de reconhecimento. É, eu sempre tive um retorno muito bom, sabe, reconhecimento interno mesmo dos funcionários, e vice e versa. (Juliana).

O trabalho também é descrito como espaço para se sentir útil, para o alcance de dignidade, satisfação pessoal, realização, reconhecimento e como meio de contribuir para a sociedade o que pode ser constatado pela fala de uma das ex-bancárias:

Era liberdade, dignidade, poder de ajudar as pessoas, eu sempre gostei. E dizia para mim mesma. Nossa, que legal que eu tenho um emprego, eu agradecia por poder levantar toda manhã, tanto é que eu trabalhava sempre de bem com a vida, valorizava porque eu tinha o meu emprego. Porque a vida sem trabalho é muito triste, é muito triste ficar sem emprego, não é o que eu quero. (Clarissa)

5.6.4 A ausência do salário

O salário nesse estudo teve como ênfase o que ele representava, em termos de subsistência e possibilidade de acesso a bens de consumo. Portanto, não foi feita uma correlação com as condições de gênero, idade e estado civil. Portanto, não será detalhado..

Para o trabalhador, de acordo com Dejours (1992), o salário contém numerosas significações. Relaciona-se com aspectos concretos – sustentar a família, desfrutar das férias, pagar as melhorias da casa, pagar as dívidas, mas também com aspectos abstratos, na medida em que o salário contém sonhos, fantasias e projetos de realizações possíveis. A ausência dele pode veicular todas as significações negativas que implicam as limitações materiais que ele impõe.

A falta do salário e dos benefícios é citada por grande parte das entrevistadas como uma perda significativa. São mencionadas as dificuldades encontradas para manter o mesmo padrão econômico de vida anterior, principalmente por elas se encontrarem em situação de desemprego prolongado. Isto faz com que tenham de promover uma série de ajustes em suas despesas, fato descrito como uma situação de frustração e insatisfação:

Se você não tomar cuidado, o seu poder aquisitivo vai caindo, vai caindo, vai caindo e aí chega uma hora que você não pode fazer nada. Primeira coisa, assim, que eu pensei foi cortar o que eu puder de custos, de gastos, primeira coisa é reduzir. No banco, eu ganhava em torno de mil reais, mais os tickets subia pra mil e quinhentos. Agora não compro quase nada, não posso me dar ao luxo de ver uma sandália, ir lá e comprar, entendeu? Roupas, pra que eu vou comprar, se o meu guarda-roupa está entupido de roupa, não vou comprar roupa. Vou gastar, vou. Gastei com cursinho e apostila, foi o meu gasto, não fiz uma viagem, sem chance de fazer uma viagem. (Clarissa)

5.6.5 A especificidade do trabalho bancário

Uma questão que evidenciou ser particular da atividade bancária é a especialização do trabalho. As mulheres relatam, como dificuldade para a reinserção no mercado de trabalho, o fato de terem adquirido conhecimentos específicos, que só podem ser utilizados dentro de organizações bancárias. O trabalho bancário é descrito, pelas mulheres pesquisadas, como incapaz de qualificar e ser utilizado em outros segmentos. A percepção é que o bancário está unicamente habilitado para atuar profissionalmente em instituições financeiras. Essa constatação denota a atividade bancária como um obstáculo para a recolocação em outras posições oferecidas pelo mercado de trabalho. Tal fator ficou evidenciado no relato desta ex-bancária:

Mas agora eu entendo que é verdade, bancário não é profissão. Depois que você sair dali, dificilmente você consegue alguma coisa fora, a não ser que você tenha um curso superior em determinada área. Ainda assim, ainda está difícil. Igual no meu caso, o que eu sabia fazer era aquilo ali, aí fica mais difícil. É uma experiência restrita só para banco, que dificulta uma recolocação no mercado depois. (Maria)

Outra questão é relativa ao nível salarial e benefícios, pois o valor do salário pago pelos bancos, para o nível de qualificação do trabalhador, é incompatível ao praticado pelo mercado. Foram observadas, no relato das entrevistadas, as dificuldades que elas vivenciam para encontrar uma nova colocação, num cargo semelhante e com o mesmo padrão salarial.

Para algumas, retornar ao mercado com padrões salariais inferiores é visto como não compensador, ou seja, a remuneração é inferior à sua qualificação ou

em função dos gastos para a manutenção do lar com a estrutura criada para o cuidado com os filhos. Como pode ser observado neste depoimento:

Então a gente, que é bancária, acostuma a ganhar um salário que não é ruim e que não é bom. O bancário é assim, se não ganha nunca um salário fenomenal, mas você não ganha mal em relação ao mercado. (...) como eu tenho eu, realmente, tenho uma estrutura boa pra olhar a minha filha, mas tem um preço isso, será que compensa sair de casa pra ganhar R\$500,00, R\$600,00, não compensa. Com a estrutura que a gente tem que montar pra gente estar trabalhando, não compensa. O custo que a gente tem é muito alto, meu esforço de ter estudado, ter voltado a estudar com trinta anos, formar grávida, entendeu? Trabalhando de dia e estudando à noite, depois de eu ter feito um curso de letras, ele (o marido) acha que eu batalhei muito pra aceitar qualquer coisa. (Heloisa)

Às mulheres, para as quais o salário representava uma das principais fontes de renda familiar, resta, diante do fator sobrevivência, aceitar o rebaixamento do nível salarial e os trabalhos precários que têm como consequência uma redução na qualidade e no padrão de vida delas.

Estar com carteira assinada agora pra mim está sendo ótimo; eu não fiquei parada, estive trabalhando, ao invés de oito horas, trabalhava dez por dia, direto. Recebia um salário mais ou menos, mas ficava o dia inteiro fora. É complicado, chegava morta de cansada e não tinha mais vida. Eu não tenho esses valores de ficar trabalhando tanto, eu tinha vida social, eu dava mais importância em estar com pessoas da família. Eu trabalhava até dez ou onze e meia, pra conseguir ter uma coisa a mais, pensava em coisa de sobrevivência, assim do financeiro. O medo de ficar assim sem o financeiro, só quem está na situação que vê, quem nunca passou por isso não sabe o que é ficar sem dinheiro mesmo, sem emprego, não sabe por que a pessoa fica dez horas correndo atrás disso. (Patrícia)

5.6.6 Estratégias de reinserção e colocação no mercado de trabalho

Observa-se que as entrevistadas encontram um conjunto de dificuldades para a obtenção de um novo emprego. São alegados impedimentos relacionados com a

exigência por maior escolarização e relativos à idade. Assim, ficam evidentes grandes empecilhos no aproveitamento da experiência adquirida dentro dos bancos. Por elas, o trabalho bancário é percebido como específico e de difícil uso em outras posições. O sentimento das entrevistadas é que quando se trabalha em bancos não é possível trabalhar em outras empresas.

Há também aspectos relacionados com as exigências específicas para as mulheres. As entrevistadas mencionam que ter filhos pequenos é um fator negativo para se obter emprego. Outro fator é o padrão salarial, nota-se uma dificuldade por parte das trabalhadoras em conseguir uma outra colocação com o mesmo patamar do salário anterior.

Em síntese, o que pode ser constatado é que existe um conjunto de dificuldades que as trabalhadoras não conseguem atender ou superar. A saída encontrada é se submeter a trabalhos precários:

O salário no mercado está muito baixo. Eu estou ganhando três vezes menos do que eu ganhava lá, mas o quê que se pode fazer? Falta de dinheiro, falta de emprego, isso tudo é muito complicado pra qualquer pessoa. (Patrícia)

Outro aspecto mencionado diz respeito à condição feminina e às relações de gênero e desemprego. O papel atribuído socialmente à mulher pela responsabilidade e cuidados com os filhos é expresso como um impedimento para a recolocação no mercado de trabalho:

Eu acho que tenho tido dificuldade de me recolocar em empresas normais também. Tem lugares que quando falam assim: "você tem um filho?", teve um lugar que eu entrevistei. Esse lugar que eu te falei que passei por várias fases, em todas as fases eles enchiam a paciência com isso. Eu também não sei se não me contrataram, porque ficaram com medo de eu não dar conta do serviço porque eu era bancária antes. Todas as fases falavam assim: "Mas explica melhor com quem que sua filha vai ficar? A sua filha é saudável? Mas, e a escola? Ela está acostumada? Ela está

adaptada?” Isso da primeira pessoa que me entrevistou à última, ficavam me fazendo a mesma pergunta. Eu já estava cansada de responder e parece que eles não acreditam também que você tem um esquema bem montado. Eu fui mandada embora no dia que a minha filha fez um ano e eu nunca faltei ao serviço um da só! (Heloísa)

5.6.7 Novos arranjos de investimento no lar

Em alguns casos, quando há apoio do cônjuge que se mantém empregado, nota-se uma volta ao lar, com uma dedicação ao cuidado da prole, da casa e do marido. Pois como não é possível conseguir um novo trabalho com as mesmas condições financeiras ou de satisfação profissional, ocorre um deslocamento do investimento pessoal para os cuidados da família e dos filhos.

Trabalhar para os outros eu não quero mais não, só se Deus me livre e guarde, só se a nossa vida mudar totalmente, eu acho que vou correr atrás. Também o fato de eu só ter o segundo grau aí fica mais difícil. (..) Até que está tranqüilo, meu marido me dá um tanto por mês, aí se tem alguma coisa, uma emergência eu peço pra ele. Não, eu achei que fosse me sentir mal, mas agora virei madame. Ele casou comigo agora vai ter que me sustentar. (Maria)

Em grande parte dos relatos as ex-bancárias se autoquestionam do tempo dedicado à família, enquanto estavam empregadas. Nesse questionamento estão presentes as significações atribuídas socialmente ao papel destinado à mulher de mãe e esposa no contexto familiar. Como grande parte do dia era dedicado ao trabalho, uma parcela dos cuidados com os filhos e com a manutenção da casa era delegada para outras mulheres (domésticas, avós e irmãs) ou instituições (escolas ou creches). Contudo, constatou-se que essas mulheres não estavam isentas da

necessidade de conciliar as atividades profissionais com as tarefas domésticas, caracterizando a dupla jornada de trabalho.

Para algumas entrevistadas, a situação de desemprego e a dificuldade encontrada na reinserção no mercado retornam a mulher ao lar para assumir sozinha as tarefas domésticas. Com isso, de certa forma, se reproduz o processo de naturalização, que é descrito por Segnini (2003) como formas de dominação que atribuem às mulheres o papel social de responsáveis pelos cuidados dos filhos, do cônjuge e da casa, enquanto ao marido é mantido o papel de provedor. Entretanto, esse papel, por algumas das entrevistadas, é vivenciado como meio de realização, e para outras do mesmo grupo, como um fator de insatisfação.

Posso cuidar das minhas filhas, acompanhar tudo. Igual a J. está na segunda série. Tendo muito exercício, posso ficar do lado dela auxiliando tudo, então está sendo bom demais. Cuidar da sua família. (Maria)

A irmã ajudava a cuidar do filho – não fazia nada em casa, chegava e ia dormir, não tinha essa obrigação, ela preparava o filho para escola. Agora levo e busco o filho para escola, coisa que nunca fiz, enche o saco.. lavar uma roupa, fazer uma comida. Será que valeu a pena ter deixado esse lado? (Alexandra)

Em outros casos, quando o trabalho não está vinculado a projetos de carreira profissional, sobretudo quando a mulher possui pouca qualificação para competir no mercado de trabalho, essa condição acarreta à mulher frágeis perspectivas de ascensão social via profissão, redirecionando-a ao casamento e à maternidade como a razão de sua existência.

Não procurei emprego e acho que não vou trabalhar mais. Decidi que não vou trabalhar mais porque eu vou ficar em casa agora. Porque eu gosto também, faço de tudo, gosto de cozinhar, invento as coisas, você pode ver ali, tem um caderninho cheinho de receitas, que eu invento. (Carla)

5.6.8 Vivência do desemprego – alterações da saúde física e psíquica

Conforme Seligmann-Silva (1994) já foram observadas em estudos sobre a psicopatologia do desemprego, que as vivências do desempregado são marcadas por intenso sofrimento psíquico. Nos relatos, foi possível constatar que as ex-bancárias manifestam sentimentos de vazio, tristeza, frustração, mágoa, sentimentos de inferioridade e isolamento social, como também uma incerteza em relação ao futuro. Ocorrências psicológicas que podem ser identificadas pelas falas que se seguem:

Ficava muito triste, eu era muito risonha, Chorava, com meu marido mesmo eu não queria mais nada, até conversa, não tinha mais diálogo, foi uma isolamento mesmo, de todo o problema eu era a culpada, eu queria resolver tudo sozinha, e parecia que eu estava jogando a culpa nele, não era? Eu sei que era comigo, estava jogando a culpa nele, mas não sabia como resolver. Foi uma das primeiras vezes que eu fiquei assim, eu achava que eu era forte e que saberia enfrentar qualquer coisa e realmente eu fiquei fracassada. Pra eu sair desse isolamento, desta tristeza, mudou o meu jeito. Não é por causa do dinheiro, mas minha vida mudou. Eu não sei explicar, mas é uma tristeza. Eu sou muito segura, mas isso fez com que eu ficasse assim. Eu fico triste, me pegou muito de surpresa, não consigo entender.
(Carla)

Você fica desestruturada, eu pensei que fosse uma coisa interna, você fica sem rumo, sem chão e você fica falando no sentido desestrutura de uma ruptura de planos, uma coisa de tirar o chão. - Eu tenho aquele caminho que eu tracei e é esse o caminho que eu quero seguir na minha vida e quando o desemprego chega, ele tira a possibilidade da continuidade.
(Clarissa)

Foi possível constatar que a situação de desemprego para essas mulheres acarretou, além das alterações econômicas, social e familiar, um impacto significativo no âmbito psicológico. A maioria dos relatos se concentra nos sofrimentos psíquicos experimentados por elas. Inicialmente, com o impacto da saída, são marcantes as descrições de sentimentos de perda, reações emocionais

intensas, com crises de choro e nervosismo. Com o prolongamento da situação de desemprego, as manifestações relacionam-se com estados de depressão.

O choque foi grande, em relação à saúde eu tive de ir ao médico e ele achou melhor eu começar a tomar um remédio: você está destruída, acabada, vou até o meu ginecologista. Eu estive lá ele me deu uma fluoxetina pra tomar, aí ele falou: "Olha dá um tempo, dá uma descansada só de conversar com você dá pra ver que você está"... Não estou dormindo, to superestressada e eu preferi ficar parada. (Alexandra)

Com relação aos aspectos associados à saúde física, ficou evidenciado, em alguns casos, que a situação de desemprego altera, inclusive, os estados fisiológicos normais.

Eu passei dez anos sem gripar, agora qualquer pessoa que passar gripada perto de mim, me pega. Infecção de garganta em três meses eu tive quatro. Eu tive tanta infecção de garganta que a médica pediu quinze exames, inclusive de AIDS pra saber o que estava acontecendo comigo. Fiz quinze exames, um check-up completo, geral. Esse negócio é baixa resistência, é stress, é baixa-estima, é desemprego. Minha saúde despencou, minha filha toda virose que ela pega ela passa pra mim. Ela fica doente depois eu fco, tudo que ela tem, eu tenho. Eu estou com resistência pra lá de zero. Uma coisa que eu fiz pra melhorar foi que, quando eu saí do banco eu engordei seis quilos e agora eu estou fazendo um tratamento com uma nutricionista e já perdi cinco dos seis que eu engordei. (Heloísa)

5.6.9 Alterações econômicas e sociais

O que se constata ao analisar as entrevistas é que o salário dessas mulheres servia de apoio à rede familiar. Muitas relatam que o salário servia de complemento para as despesas da casa, com o também para auxiliar outros membros da família que se encontravam em situação mais precária. Nota-se por parte delas uma preocupação com ausência da renda e a necessidade de arranjos para cumprir com

os compromissos financeiros. A despesa com lazer é uma das primeiras a ser eliminada. Outras reorganizações financeiras são buscadas como corte nos gastos alimentares, vestuário, educação e empregada doméstica:

É que o salário dele não dá pra arcar com todas as despesas e, se você não tomar cuidado, o seu poder aquisitivo vai caindo. Primeira coisa de imediato, eu fiquei só uns três meses com secretária (empregada doméstica), aí eu assumi a casa e com isso você começa a economizar muito porque hoje uma secretária fica caro pra quem ganha pouco, pra quem não tem salário alto. (Clarissa)

Conforme Lima e Borges (2002), estudos sobre desempregados demonstram que a ruptura de laços de sociabilidade construídos no trabalho leva a distúrbios psicossociais. Na narrativa das entrevistadas, percebe-se um desapontamento frente ao distanciamento quase que imediato por parte dos companheiros de trabalho. Desfazer dos laços é vivido como uma quebra de um vínculo social que permitia trocas afetivas.

Em relação aos colegas de banco, é que eles não me procuram mais. Até estava comentando com o meu marido, outro dia, engraçado ninguém procura mais, quem diria que eram amigos... não quer dizer que é por falta de tempo, pra fazer uma ligação, passar um email. Porque, quando eu estava de licença maternidade, praticamente elas me ligavam todos os dias. Por que, depois que eu saí, ficou diferente? (Maria).

Quer queira ou não, seus amigos são de lá mesmo – não passei a ver mais ninguém não. As pessoas que eu encontro na escola, uma está desempregada, uma não era amiga, a gente trabalhava junto. Eu não sou muito dessa parte social – era trabalho e casa. Afastei-me, procuro não encontrar com eles, evito, não quero encontrar com eles, não quero ficar falando disso. (Alexandra)

6 CONCLUSÃO

Conforme o exposto no decorrer desse estudo, nas últimas décadas, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho tiveram como uma de suas conseqüências a redução do número de empregos. Nos capítulos aqui destinados a compreender essas mudanças e suas implicações, foi demonstrado que o processo de reestruturação dos bancos pode ser compreendido como uma das características constitutivas do processo de reestruturação do próprio Capitalismo, processo esse iniciado a partir da década de 70, com contornos mais abrangentes do que os ocorridos nas décadas anteriores, nos espaços de produção e na gestão dos trabalhadores. A reorganização do sistema financeiro global insere-se nesse contexto de mudanças do setor bancário, para que o mesmo pudesse se ajustar à intensa competição já existente, porém aumentada a partir desse período.

No Brasil, após a estabilização da moeda, com Plano Real em 1994, iniciase uma série de ajustes no sistema financeiro nacional, coordenados pelo Banco Central do Brasil, com a adoção de algumas medidas, dentre elas, a redução de empresas, por meio de fusões, falências, incorporações e privatizações. Para Segnini (2000), a partir de então, já se constata uma drástica diminuição no emprego bancário.

Além do programa de ajustes, é possível apontar para um conjunto de medidas adotadas pelos bancos, a partir do momento que a inflação deixou de ser uma fonte certa de lucratividade, o que afetou diretamente o emprego bancário. Observa-se uma intensificação de medidas já iniciadas desde a década de 70, que

se caracterizaram pela ampla utilização da informática e automação, terceirização e adoção de novas formas de gestão.

Segnini (2000), aponta para uma das conseqüências desse processo, ou seja, a redução significativa do contingente de trabalhadores bancários, sendo que os postos mais afetados foram aqueles ocupados por mulheres. Foi diante do referido contexto que o presente trabalho teve por finalidade analisar as vivências de mulheres bancárias em situação de desemprego, tendo como referência de fundo o significado do trabalho.

No capítulo 2, destinado a analisar os aspectos do significado do trabalho, foi ressaltado, conforme Wickert (1999), que o trabalho nem sempre teve o valor atual. A autora cita que, na Grécia, trabalhar não era nenhuma honra e, durante a Idade Média, não tinha o objetivo da produtividade e sim o da subsistência. Evidencia que a exaltação do trabalho nasce com o desenvolvimento do Capitalismo. Para Enriquez (1997), a partir de então, novas significações foram atribuídas ao trabalho, de tal modo que a imagem social e ideologicamente construída do homem que não produz, mesmo em se tratando do trabalho alienando, faz dele um sujeito desvalorizado ou marginalizado. Vivemos numa civilização do trabalho e de trabalhadores e estes, mesmo explorados e alienados, vão reivindicar a laboração como elemento constitutivo e fundamental de sua personalidade.

De acordo com Rago (1997), no Brasil, sabe-se que, a partir da segunda metade do século XIX, com a indústria nascente, era significativo o número de mulheres e crianças imigrantes nas primeiras fábricas do país, pois tratava-se de força de trabalho abundante e barata. Scott (1991), aponta o final do século XIX como fase de uma expansão dos setores comercial e de serviços, quando as mulheres foram chamadas a ocupar posições como telefonistas, vendedoras e

professoras. Conforme Nogueira (2004), para elas eram reservados espaços específicos, adaptados ao que se considerava como suas capacidades inatas.

A partir do final do século XIX e início do século XX, o modo de produção se altera com o advento da grande indústria e a adoção do taylorismo e do fordismo. Para Rago (1997), à medida que a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina avançam, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas. Assim, nos anos 40, as mulheres representam 90,3% da categoria de atividades domésticas não-remuneradas. Com o grande surto industrial ocorrido no governo Juscelino, na década de 60, e posteriormente na década de 70, ocorre uma pequena elevação da participação feminina.

Como já foi mencionado, a partir da década de 70, o processo de reestruturação produtiva do capital sofreu mudanças significativas e alterou significativamente o panorama do trabalho feminino. No Brasil, a partir deste período, passa a ocorrer uma significativa inserção da mulher no mundo do trabalho, denominada feminização do mundo trabalho Nogueira, (2004). Entretanto, esse fenômeno é caracterizado pela precarização, pois grande contingente de mulheres passou a ocupar posições não qualificadas, sem vínculo empregatício, em condições precárias de trabalho, mal remuneradas e em trabalhos de tempo parcial, de acordo com Nogueira (2004). Porém, apesar dessa crescente inserção, de acordo com Nogueira (2004), o desemprego feminino apresenta-se em níveis mais elevados que o masculino.

No setor bancário, entre as décadas de 30 e 60, inicia-se a entrada da mulher nesse segmento. Mas a intensificação do uso do trabalho feminino se dá a partir das décadas de 70/80, chegando, conforme Segnini (1998), a representar cerca de 50% dos trabalhadores bancários. Por essa razão, nesse período, o setor bancário

foi denominado “gueto rosa” ou “gueto do emprego feminino”. Segnini (1998), afirma que o lugar ocupado pela mulher representa a maioria dos trabalhadores em postos do “chão de fábrica” bancário, ou seja, aqueles postos que, nas agências, se ocupam das atividades de suporte e atendimento ao cliente, ocupando primordialmente os cargos de tempo parcial como escriturário e caixa.

As conseqüências das transformações ocorridas a partir da década de 90 tiveram, pois, uma influência expressiva sobre o trabalho feminino em geral, mas com especial impacto no setor bancário. Dentre as várias conseqüências desse processo, estão a terceirização de atividades não-financeiras, como segurança, limpeza, transporte, restaurantes, *telemarketing* (postos principalmente ocupados por mulheres) e a redução do número de funcionários.

Sobre o valor do trabalho para as mulheres, não há dúvidas de que, com sua crescente inserção nos espaços produtivos, foram atribuídas novas significações ao trabalho feminino. De acordo com Seligmann-Silva (1994), no entanto, à medida que as mulheres conquistaram o direito a um trabalho fora de casa, a um salário, à independência e à possibilidade de reconhecimento social, elas vivenciam impactos semelhantes aos percebidos entre os trabalhadores do sexo masculino, como a incerteza perante o futuro, a rejeição ou o isolamento social.

A partir das entrevistas realizadas, no que se refere ao significado atribuído ao trabalho, foi possível constatar que, por meio do trabalho, as mulheres encontram espaço de realização e uso de habilidades, fonte de reconhecimento e prazer. Para a maior parte das entrevistadas, o trabalho permanece um espaço para a realização de si mesmas, um lugar de crescimento pessoal e profissional. Portanto, a vivência do não-trabalho coloca em questão suas identidades. Entretanto, para algumas, o trabalho é igualmente vivido como fonte de sofrimento, devido ao desgaste físico e

psíquico, provocados por pressões dos superiores, por ritmos e cobranças por produtividade. Nesse caso, o fato de estarem desempregas significa também, sob esse ângulo, uma experiência de alívio, como se pode constatar na seguinte fala:

Estou mais tranqüila, os problemas de estômago, as dores que eu tinha passaram. Eu ficava muito tensa, porque a cobrança em banco é demais.(...) De certa forma foi um alívio, posso cuidar das minhas filhas, acompanhar tudo. (Maria)

Observou-se também que as entrevistadas representam o trabalho como uma atividade que cria oportunidades para a ampliação de suas identidades sociais, para além da tradicional função de mãe ou dona de casa, ou seja, como trabalhadoras responsáveis fora do âmbito familiar.

Em outras palavras, o trabalho representava para elas fonte de satisfação pessoal e profissional, de integração social e de uma nova organização de suas vidas. Por tudo isso, o desemprego afetou seus projetos individuais e familiares. Muitas perderam o lugar social que conquistaram e, em função do desemprego, perderam amigos, conforto material e prestígio.

Outras questões relativas à situação de desemprego ficaram evidenciadas nesta pesquisa. Ao longo do processo de redução de pessoal, no setor bancário, as mulheres vivenciaram um sentimento de perplexidade diante da demissão, pelo fato de não encontrarem um motivo justificado para o desligamento. Este, no entanto, foi experimentado por algumas como um desencargo, por não terem sido demitidas por incompetência ou em consequência de algum erro:

Puxa vida, será que não gostavam do meu serviço? O que eu tinha para fazer, fiz e fiz bem feito, então saí de lá com a consciência limpa. (Maria)

Entretanto, para a grande maioria das entrevistadas, os relatos se concentram num questionamento sobre as possíveis causas do desemprego. Elas verbalizam a dificuldade de associar o motivo da saída com a dedicação, o esforço e a competência demonstrada. É predominante, em suas falas, o sentimento de mágoa e frustração. Para algumas, porém, estava claro que as alterações no perfil do trabalhador bancário se relacionavam com mudanças na política de recursos humanos, cujos critérios podem ser bastante questionáveis, tais como a exigência de maior qualificação, de maior nível de escolaridade e até mesmo pelo avanço de idade. Com efeito, como bancárias, suas competências e escolaridade eram suficientes para as funções que exerciam e estavam numa idade perfeitamente compatível com uma etapa de vida produtiva.

Como vimos anteriormente, as dificuldades relativas às exigências para a obtenção de um novo emprego não se referiam propriamente à falta de competência pessoal ou de escolaridade, mas à especificidade do trabalho bancário, seja porque uma nova atividade supõe novas aprendizagens, seja porque as empresas contratantes buscam pessoas com experiências anteriores no posto de trabalho a ser preenchido. Algumas entrevistadas se referiram a discursos do senso comum, segundo os quais ser bancário “é um vício”, “é uma cachaça”, pois uma vez que se trabalha em banco, só se consegue ser bancário. Os relatos dizem respeito às dificuldades do aproveitamento da experiência adquirida no trabalho bancário por outras empresas. Entretanto, diante da redução do número de postos de trabalho nesse segmento, elas também não conseguem se recolocar em outras instituições financeiras.

Além disso, setores de recursos humanos das empresas tendem a recusar o trabalho feminino, pois o lugar de mãe e esposa é visto como um dificultador para o

retorno ao mercado de trabalho, como se o exercício de uma função dependesse menos da capacitação profissional que da capacidade de conciliação entre o trabalho e as responsabilidades familiares.

Outro fator que se apresenta como um impedimento para a obtenção de outro emprego, conforme relatado pelas mulheres entrevistadas, relaciona-se com nível salarial e benefícios. O salário da bancária, somado os benefícios conquistados pela categoria, por meio das lutas trabalhistas, apresenta-se superior ao praticado pelo mercado. Os cargos correspondentes ofertados pelas empresas, levando em conta o mesmo nível de escolarização exigido anteriormente pelos bancos, bem como a experiência semelhante em tarefas administrativas e burocráticas, não alcançam o patamar de salário anteriormente recebido. No processo de busca pelo emprego, o fato de perceber o “salário como não compensador” serviu como um desestímulo, para algumas mulheres, em continuar buscando um novo tipo de trabalho assalariado. As justificativas apresentadas relacionam-se com os níveis de renda familiar, situações conjugais, escolaridade e qualificação. Para as mulheres que contavam com o respaldo financeiro do cônjuge, o fato de estarem desempregadas acarretou um direcionamento do investimento emocional para as funções domésticas e os cuidados com os filhos. No entanto, de acordo com Seligmann-Silva (2001), a posição ocupada pelo desempregado na constelação familiar e a maior necessidade de fontes imediatas de sobrevivência assumem relevância na decisão de aceitar empregos de *status* inferior ao trabalho anteriormente exercido. Isto foi constatado na pesquisa, pois, para as ex-bancárias cujo salário contribuía significativamente com o orçamento familiar, a saída encontrada foi a aceitação de empregos com uma redução do nível salarial, tendo como consequência uma alteração no padrão de vida.

Como estratégia de recolocação no mercado, alguns depoimentos descrevem ações que privilegiam a busca do emprego por meio da rede de relacionamentos, amigos, vizinhos, parentes e ex-colegas de trabalho. As entrevistadas citam que percebem maiores chances de alcançar um novo trabalho a partir dessas indicações do que recorrer a outras fontes de recrutamento como jornais e empresas de seleção.

Para algumas dessas mulheres, emerge o sonho do próprio negócio, pois, como afirma Seligmann-Silva (2001), a crença em tal alternativa é fortemente estimulada por pronunciamentos oficiais e pela mídia. No entanto, o que se verificou foi que, diante da constatação de experiências fracassadas, vividas por outros trabalhadores desempregados, essa deixa de ser uma estratégia segura, sendo mencionada como uma última opção a ser utilizada como saída para a situação de desemprego.

No que se refere às redes de sociabilidade, nesse estudo, a família e o cônjuge representam um papel importante como apoio emocional e financeiro. Ficou demonstrado que essa proteção contribuiu para as entrevistadas, conforme também já havia sido constatado por Seligmann-Silva (2001), como relevantes na manutenção da saúde psicossocial.

Observou-se em todas as falas que a situação de desemprego é vivenciada com intenso sofrimento. As entrevistadas experimentam sentimentos de frustração, mágoa, depressão e angústia, sendo que, para algumas, isso se manifesta em alterações na saúde física e psíquica.

Conforme Seligmann-Silva (1994), as diferenças de classe social determinam muitas vezes variantes importantes entre os que trabalham para garantir a sobrevivência e os que têm outros objetivos com o realização profissional e aquisição

de bens materiais. No entanto, em qualquer dessas situações, tanto para os mais pobres quanto para as demais camadas sociais, o desemprego representa uma perda.

Seligmann-Silva, citando Lira e Weinstein (1994, p.283), descreve o processo patológico desencadeado pela situação de desemprego em quatro momentos fundamentais que correspondem aos aspectos constatados em relação às alterações sofridas pela identidade e evolução psicodinâmica. Esses momentos se referem ao contexto de crise e transição, conseqüente à situação desencadeante da perda do emprego e se manifestam como vivências de insegurança e oscilações no humor. Posteriormente, tais vivências transformam-se em sentimentos de desânimo, depressão e impotência na fase de adaptação (patológica), quando o isolamento se acentua e a pessoa se culpabiliza. Aí, a hipocondria e as doenças psicossomáticas aparecem como mecanismos dessa adaptação. Na fase do ajustamento ou de uma espécie de aceitação forçada dessa situação, ocorre uma acentuação do desalento e uma deterioração da auto-imagem. Entre algumas das ex-bancárias entrevistadas, foi possível observar que, suas vivências se aproximam desse processo de patologia do desemprego, principalmente nas fases da crise/transição e adaptação. Isso que pode ser observado na seguinte fala:

Foi muito difícil, é igual quando acontece a morte de alguém, você custa a acreditar, eu não acreditava; no primeiro momento, achava que não era comigo. Cheguei a ver a possibilidade de fazer mil coisas, parece que no primeiro momento, você fica assim anestesiada, depois vem uma segunda fase de tristeza mesmo. Puxa vida, perdi! Perda é um sentimento tão duro para o ser humano, qualquer perda, né? Perdi bons colegas, um excelente salário, mil benefícios, um trabalho prazeroso demais, e fui listando... perdi, perdi, perdi, fiquei super triste. (Juliana)

Apesar desse sentimento de perda, pôde-se observar, em algumas entrevistadas, a adoção de estratégias ou desenvolvimento de resistências para a manutenção da saúde mental.

Ao finalizar as considerações, cabe ressaltar que os achados dessa pesquisa, aqui expostos, não têm a pretensão de uma generalização, pois o objetivo foi trabalhar com um universo reduzido de ex-bancárias e o interesse foi o de desenvolver uma investigação que explorasse, por meio de uma análise qualitativa, alguns elementos ligados à experiência de desemprego desse segmento profissional. No entanto, julgo pertinente afirmar que as experiências vividas pelas ex-bancárias entrevistadas confirmam que o desemprego afetou, negativamente, todas as dimensões de suas vidas. Isso provocou a necessidade de rearranjos na organização da vida social e familiar, na medida em que essas trabalhadoras em situação de desemprego foram obrigadas a restringir seus padrões de consumo, o que inclui perdas ou renúncias simbólicas e materiais. Mas o desemprego significou também intensas vivências de sofrimento diante da perda do reconhecimento social e profissional

Apesar disso, ficou demonstrada a força dessas mulheres que, diante de todas as dificuldades experimentadas pelo desemprego, permanecem buscando novas oportunidades de inserção social no trabalho assalariado e, ao mesmo tempo, conservam o lugar aglutinador de sustentação afetiva e de regulação do cotidiano familiar. Paradoxalmente, no entanto, essa sustentação afetiva e operacional se faz no trabalho, no chamado trabalho invisível, pois não é reconhecido socialmente nem institucionalmente como tal.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice R. P.; SORJ, Bila. O emprego feminino no setor bancário: inovações tecnológicas e práticas de estabilização. In: LAVINAS, LENA; LEON, F. (Orgs) **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**. Santiago do Chile: Cepal/ECLAT, OIT. Séries Políticas Sociales. Cap. III p. 59- 79. V. 2 set. 2002.

ALVES, Giovani. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da década neoliberal (1990 -2000). **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, 19, p.71-94,nov.2002.

ANTUNES, Ricardo. Excurso sobre a centralidade do trabalho: a polêmica entre Luckács e Habermas. In: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 251p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. 155p.

ARAÚJO, José Newton G et al. **L.E.R. dimensões ergonômicas, psicológicas e sociais**. Belo Horizonte: Saúde, 1998. 362p.

ARAÚJO SILVA, Anísio José A. da. Reestruturação Produtiva e Divisão Sexual do Trabalho: Mudanças e Permanências. In: **Conceitos** REVISTA DA ADUFPB-JP(Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba). Jul. 2002. Disponível em <http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/8/art_01.pdf>Acesso em 22 Jan. 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 221p.

BRASIL é 3º no ranking do desemprego. Folha de São Paulo. São Paulo, 27 mar. 2000. caderno Dinheiro, p.4.

BRASIL. Lei n. 4595, de 31 de Dezembro de 1964. In: SEGNINI, Líliliana R. P. **Mulheres no trabalho Bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero**. São Paulo: Edusp,1998. 209p.

BRESCIA, Marcos F. Q. **O uso do trabalho como recurso terapêutico: “novas” possibilidades no atendimento em serviços de saúde mental**. 2003. Dissertação

(Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Cap. III, p. 111-125.

BRITO, J. OLIVEIRA, O. divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA F. João F. e JARDIM, S. (Orgs.) **A danação do trabalho**. Rio de Janeiro: Te Cora, 1996. p. 245-263

BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho. A Brasileira Conquista Novos Espaços. **Mercado Global**, São Paulo, v. 19 nº 87, 3º. trim. 1992. p. 58-61

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP/NEPO/UNICAMP; Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.

BRUSCHINI, Cristina. A Mulher e o trabalho. In: BRUSCHINI, C. ROSEMBERG F. (Orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982. p.9 - 22

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: O trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de 80. In: **Discriminação positiva - ações afirmativas: em busca da igualdade**. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996. p.87-118.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do Salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.221-255.

CATTANI, D. A. Desemprego e degradação social. In: CATTANI, D. A. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996. Cap. 2, p.39-83.

CODO, Wanderley et al. O " mal-estar do trabalho vazio" em bancários. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, São Paulo, v. 42, supl. 1, p. 23-28, mar., 1993.

DEJOURS, C. As estratégias defensivas. In: DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: a psicologia do trabalho**. 5 ed. Ampliada. São Paulo: Cortez, 1992. Cap.1, p.27-47.

DESEMPREGO na região metropolitana de São Paulo. In: **Mulher e trabalho**. São Paulo, n. 05, set. 2001. Disponível em: <www.seade.gov.br/mulher/index_01.html> Acesso em :29 set. 2004.

DIEESE. **Eqüidade de gênero nas negociações coletivas** - Cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil. São Paulo, nov. 1997. Pesquisa – n. 13. p.60.

ENRIQUEZ, Eugênee. **Perda do trabalho, perda da Identidade**. Conferência proferida durante o Seminário “trabalho e existência” em Belo Horizonte,1997.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2.128p

GOBATO, G. F. **Metodologias de apuração das taxas de desemprego no Brasil: IBGE e Fundação SEADE**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.- FEA-USP. Disponível em <<http://www.fea.usp.br/publicacoes/controversa/0018-5.html>> Acesso em: 09 mai. 2006.

GRISCI, Carmem Ligia I.; GUARESCHI , Pedrinho A, Os significados do trabalho. In: GRISCI, Carmem Ligia I. ; GUARESCHI , Pedrinho A. **Fala do trabalhador** . Petrópolis: Vozes, 1993. Cap. 2, p.29-53.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. São Paulo: Loyola, 1992. p.257-276.

HIRATA, H; ZARIFAN, F. O conceito de trabalho. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: Desafio para as políticas publicas . São Paulo: Prefeitura Municipal, 2003. caderno n.3, p.65-69.

HIRATA, H. **Flexibilidade, trabalho e gênero**, Santiago do Chile, GEDISST/CNRS, 1999, (Mímeo). p.38.

INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação** – Campo Grande – set. 2001 Disponível em<<http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np17/NP17NUNES.pdf>> Acesso em: 27 jan 2005.

IGUALDADE de oportunidade para todos, 2001. Disponível em <<http://www.lpp-uerj.net/olpedd/documentos/ppco/0170.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2005.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho.
In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.; WALDON, V. (Orgs) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.14-27.

LAVINAS, Lena; COMIN Alvaro A; GUIMARÃES Nadya A. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. In: LAVINAS, LENA; LEON, F. (Orgs.) **Emprego feminino no Brasil**: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Santiago do Chile: Cepal/ECLAT, OIT, set.2002. Séries Políticas Sociales. Cap.I p.11-34. v. 2.

LEÃO, Geraldo M. P. **Trabalho, educação e subjetividade**: a vivência da modernização de uma agência bancária. 1996. f.176. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LIMA, Maria E. A., Borges, Adriana F. Impactos do desemprego de longa duração. In: GOULART, Iris Barbosa (Org.) **Psicologia organizacional**: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.337-335

LOBATO, Carmem R. P. S. O significado do trabalho para o adulto jovem no mundo do provisório. **Revista de Psicologia da UNC**, v.1, n.2 , p.44-53, set. 2004.

SOUZA LOBO, E. Os usos de gênero. In: **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. 285p.

Formatado

Formatado

MARTINS, Vanessa G. D. O trabalho feminino no período de industrialização do século XIX. **Revista Desafio**. Ago. 1998. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <<http://www.alternex.com.br/~desafio/arquivo.htm>> Acesso em 27 jan 2005.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985. v. 1. (trad. Reginaldo Sant'Anna).

MATTOSO J. E. L.. **A desordem do trabalho**. 1ª. Reimp. São Paulo : Scritta ,1996. 210p.

MINAYO, M. C. S., Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (Org.), **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 1994. p.9-29

MINAYO, M.C.S., O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI P. A.; JOVCHELOVITCH S. (Orgs.) **Textos em representações sociais**, Petrópolis: Vozes, 1995. p.89-111.

MOULIN, Maria das Graças, B. Trabalho, Saúde Mental e Gênero – o caso das bancárias. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 47 n. 4, p.169-177, Abr. 1998.

NEVES, M. A. **Trabalho e Cidadania**: as trabalhadoras de contagem. Petrópolis: Vozes, 1994. 292p.

NEVES, M. A. Gênero, mercado de trabalho e qualificação. **VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET**. 2001. Trabalho e desigualdade III: gênero. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/8magda.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2005.

NEVES, M A. Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as consequências para os trabalhadores. In: CARVALHO, Antônio M. N., CARVALHO, Ricardo A. A. (Orgs). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT, 1998. p.329-338.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004. 112 p.

PICCHETTI, P.; MENEZES-FILHO, N. A – **A evolução da taxa de desemprego estrutura no Brasil**: Uma análise entre regiões e características dos trabalhadores. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. 2003. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/F05.pdf>> Acesso em 15 mai. 2004.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE M; BASSANEZI, Carla (Orgs.) . **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.578-606.

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. **Psicol.USP** v.13 n.2 São Paulo 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642002000200004&lng=en&nrm=iso> Acesso em 27 jan 2005.

| SCOTT Joan W. Gender. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS.CORPO. 1991.

Formatado

Formatado

SCOTT, Joan W. Gender: A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges ; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres: O século XIX.** Porto: Afrontamento, 1991. p.442- 475.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Psicopatologia da recessão. In: SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado.** São Paulo: Cortez, 1994. Cap.8, p. 255-293.

SELIGMANN-SILVA, Edith. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In SILVA FILHO, João F. e JARDIM Sílvia (Orgs.) **A danação do trabalho: organização do trabalho e sofrimento psíquico.** São Paulo: Te Cora, 2001. p.19-63.

SEGNINI, Líliliana R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: TEIXEIRA M. et al. (Orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as Mulheres: desafio para as políticas públicas.** São Paulo: Prefeitura Municipal, 2003 , Caderno da Coordenadoria Especial da mulher n. 3, p.31-51.

SEGNINI, Líliliana R. P. Desemprego, terceirização e intensificação do trabalho nos bancos brasileiros. In: ROCHA, M. I. B. (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios** . 34 ed. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UGMG/São Paulo: 2000. Cap 8, p.187-210

SEGNINI, Líliliana R. P. **Mulheres no trabalho Bancário:** difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: Edusp,1998. 209p.

SILVA Regina C. S. Um estudo de gênero na educação brasileira. In: 25ª Reunião Anual. – Universidade Salgado de Oliveira. **Movimentos sociais e educação GT 3** Caxambu set. 2002. Disponível em: <http://www.anrg.br/25/excedentes25/reginacoelisilvat03.rtf> Acesso em: 04 Abr. 2005.

SULLEROT, Evelyne. **A história e a sociologia da mulher no trabalho.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970. 363p.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 13 ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 233p.

WELMOWICKI, José. **O discurso da cidadania e a independência de classe**.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. Disponível em:

< http://www.pstu.org.br/cont/fsm_discursocidadania.doc> Acesso em : 24 nov. 2004.

WICKERT, L. F. O adoecer psíquico do desempregado. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**. São Paulo, v. 19, n.1, p.66-75, 1999.

ANEXO I - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Dados pessoais

Nome:

Caso seja citado na pesquisa, por qual nome fictício gostaria de ser chamado(a)

Data nascimento:

Escolaridade:

Estado civil:

No. filhos:

Condições sócio-econômicas

É responsável pela manutenção do lar? Como as despesas da casa são divididas?

Número de dependentes? Casa própria?

Último emprego

Nome do Banco:

Cargos ocupados:

Setor/área de atuação:

Último Cargo:

Tempo de empresa:

Faixa salarial:

Qual motivo da demissão? No caso de desligamento, qual motivo alegado pela empresa.

Vivência da Situação de desemprego

1. Como percebe o motivo do desligamento?
2. Como tem sido a vivência de desemprego?
3. O que representa estar desempregado?
4. O que você já fez depois de estar desempregado em termos laborais ou não laborais?
5. Você está encontrando dificuldade para se recolocar no mercado? Quais?
6. Qual a relação entre estar desempregado com o bem-estar ou mal-estar – na saúde?
7. Quais os aspectos que definem bem estar ou mal estar?
8. O que fez para reagir ao mal estar?
9. Em caso negativo o que fez para alcançar o bem-estar?
10. Você acha que tem alguma relação entre estar desempregado com saúde/doença?
11. Como passou a se perceber perante a família/cônjuge ?
12. Como passou a se perceber perante os amigos?
13. Como você acha que as pessoas o percebem diante da situação de desemprego?
14. Você já tem alguma alternativa ou projeto de vida seja profissional ou não?

ANEXO II – QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME FICTÍCIO	IDA DE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	FUNÇÃO	TEMPO DE EMPREGO	TEMPO DE DESEMPREGO
MARIA	39	SEGUNDO GRAU	CASADA	02	ASSISTENTE DE PRODUTOS	18 ANOS	1 ANO
ALEXANDRA	43	CURSANDO TECNÓLOGO	AMASIADA	01	GERENTE ADMINISTRATIVO	15 ANOS	SETE MESES
CLARISSA	41	SUPERIOR	CASADA	02	GERENTE DE CONTAS	05 ANOS	DOIS ANOS
MARÍLIA	36	CURSANDO TECNÓLOGO	CASADA	03	GERENTE ADMINISTRATIVO	09 ANOS	6 MESES
PATRÍCIA	48	SEGUNDO GRAU	CASADA	02	TELEMARKETING	4 ANOS	1 ANO
CARLA	43	SEGUNDO GRAU	CASADA	02	CAIXA	20 ANOS	1 ANO
HELOISA	36	SUPERIOR	CASADA	01	GERENTE OPERACIONAL	18 ANOS	7 MESES
JULIANA	29	PÓS-GRADUAÇÃO	SOLTEIRA	00	ANALISTA DE MARKETING	10 ANOS	7 MESES
FLÁVIA	41	SEGUNDO GRAU	SOLTEIRA	00	ESCRITURÁRIA	5 ANOS	1 ANO